



Anais da Assembléia

Nº 94

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 20 DE AGOSTO DE 1990

ANO XVI

4. SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 67.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 1990
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Luciano Pizzatto.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Artagão Mattos Leão, David Cheriegate, Djalma de Almeida César, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, José Rogério Carvalho, Leônidas Chaves, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Raul Lopes, Rubens Bueno e Valderi Mendes Vilela (30). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, Lauro Lobo Alcantara, Lindolfo Júnior, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Renato Adur, Sabino Campos e Vera Agibert (23). Achando-se em licença o Senhor Deputado Eduardo Baggio (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 144/90

Curitiba, 06 de agosto de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa

Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Instituto Paranaense de Cegos uma área de aproximadamente 48.400,00 m², sem benfeitorias, em Campo Comprido, nesta Capital, destacada de área maior havida pelo Estado, conforme transcrição nº 51.177, do Cartório de Registro de Imóveis da 6.^a Circunscrição da Comarca de Curitiba. Visa ainda, autorizar o Poder Executivo a firmar com a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais, termo de cessão de uso do imóvel de propriedade do Estado, à Rua Coronel Dulcídio, esquina com a Avenida Visconde de Guarapuava, nesta Capital, com as benfeitorias nele existentes, objeto da Transcrição nº 12.671, do Cartório de Registro de Imóveis da 1.^a Circunscrição da Comarca de Curitiba.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa consulta aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, sendo, por todos os aspectos plenamente justo e oportuno, eis que, na área em Campo Comprido, o Instituto Paranaense de Cegos irá construir sua sede própria e, assim ter melhores condições para desenvolver suas nobres finalidades.

Por outro lado, o imóvel cuja autorização para cessão de uso é proposta, servirá de sede para a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais, entidade essa que, pelos grandes e relevantes serviços que vem prestando, muito merece o apoio do Estado.

Em consequência da proposta doação da área antes referida ao Instituto Paranaense de Cegos e tendo em vista que será ela destacada de área maior constante do art. 10, inciso XV, do anteprojeto de Lei encaminhado a essa Casa de Leis através da Mensagem nº 104, de 4 de maio de 1990, solicito providências no sentido de que a redação do mencionado inciso fique alterada para:

"XV - Imóvel em Campo Comprido, situado no Município de Curitiba com área de terras de aproximadamente 101.600,00 m², sem benfeitorias, parte de área maior havida pelo Estado do Paraná conforme o que consta na transcrição nº 51.177 do Cartório de Registro de Imóveis da 6.^a Circunscrição Imobiliária da Comarca de Curitiba."

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado

apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Instituto Paranaense de Cegos uma área de aproximadamente 48.400,00 m², sem benfeitorias, em Campo Comprido, nesta Capital, destacada de área maior havida pelo Estado conforme Transcrição n° 51.177 do Cartório de Registro de Imóveis da 6.^a Circunscrição Imobiliária da Comarca de Curitiba.

Parágrafo Único - O imóvel de que trata este artigo será exclusivamente utilizado na construção da sede e desenvolvimento das atividades do Instituto Paranaense de Cegos, revertendo automaticamente ao patrimônio do Estado caso lhe seja dada outra destinação.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar com a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais, termo de cessão de uso do imóvel de propriedade do Estado, à Rua Coronel Dulcídio, esquina com a Avenida Visconde de Guarapuava, nesta Capital, com as benfeitorias nele existentes, objeto da Transcrição n° 12.671, do Cartório de Registro de Imóveis da 1.^a Circunscrição da Comarca de Curitiba.

§ 1º - A cessão de uso de que trata este artigo vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, prorrogável por igual período.

§ 2º - A cessionária utilizará o imóvel referido neste artigo exclusivamente na instalação da sede da Entidade e no desenvolvimento de suas atividades, sob pena de imediato cancelamento da cessão.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM N° 146/90

Curitiba, 07 de agosto de 1990.
Senhor Presidente.

Tendo em vista a recente sanção da Lei n° 9.347, de 23 de julho de 1990, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Mallet uma área de terreno medindo 270,00 m², havida pelo Estado do Paraná, conforme transcrição n° 4.255, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, venho à presença de Vossa Excelência solicitar as providências que se fizerem necessárias no sentido da supressão do inciso X, do art. 10, do anteprojeto de lei encaminhado a essa Augusta Assembléia Legislativa através da Mensagem n° 104, de 4 de maio de 1990, inciso esse superado porque trata da alienação daquele imóvel antes referido.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

Ofícios:

OFÍCIO

Sob o n° DTL/227/90, do Senhor Governador do Estado, o qual restitui a esta Assembléia Legislativa o Projeto de Lei n° 143/87. Ao conhecimento da Casa.

Of. n° 779/90

Curitiba, 16 de agosto de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência para, na forma do disposto no artigo 101, inciso I, letra C, combinado com o artigo 77, da Constituição Estadual, encaminhar para exame dessa augusta Assembléia Legislativa do Paraná, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre os vencimentos dos Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado, e dá outras providências.

Nesta oportunidade, renovo a Vossa Excelência as expressões de alta estima.

(a) JOÃO CÂNDIDO FERREIRA DA CUNHA PEREIRA
Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

Súmula: Dispõe sobre os vencimentos dos Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná e dá outras providências.

Art. 1º - O vencimento básico dos Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas, fica fixado em Cr\$ 99.286,68.

Art. 2º - A revisão dos vencimentos fixados no artigo anterior se fará sempre que ocorrer o aumento geral do funcionalismo e na mesma proporção, não podendo, a qualquer título, ultrapassar o vencimento de Conselheiro.

Art. 3º - O disposto nesta Lei aplica-se aos inativos nos termos do art. 35, § 31 da Constituição do Estado.

Art. 4º - As despesas com a execução desta Lei serão atendidas pela dotação orçamentária própria do Tribunal de Contas.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos financeiros, vigoram a partir de 01 de agosto de 1990.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Of. n° 692/90

Curitiba, em 31 de julho de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Assembléia Legislativa, os inclusos, Projeto de Lei Orgânica, acompanhado do Projeto de Lei do Quadro de Pessoal, ambos deste Tribunal, objetivando instrumentalizar esta Instituição Fiscalizadora de Contas de todo um conjunto jurídico e

técnico, em face do elenco de novas e desafiadoras atribuições que lhe foram cometidas pela Constituição Federal de 1988 e Constituição Estadual de 1989.

Os projetos resultaram de exaustivos estudos e debates operados em âmbito deste Tribunal e corporificam, em seus textos, os elementos fundamentais necessários às operações deste Órgão.

O título I, capítulo I a VIII, sinaliza toda a organização do Tribunal, especificando a sistemática de seu funcionamento, rigorosamente de acordo com a legislação ordinária e disposições constitucionais invocadas.

No título II estão referenciadas a Jurisdição, Competência e Atribuições do Tribunal e Contas, núcleo fundamental da estrutura do Projeto de Lei Orgânica.

O título III, em sua macro - abrangência, trata da relevante matéria atinente à apreciação e Julgamento das Contas dos Administradores e Demais Responsáveis por Bens e Valores Públicos, abarcando o Estado e Municípios e em seu conteúdo fundamental, disciplina igualmente os institutos da Prestação de Tomada de Contas e as várias espécies de julgamento.

No título IV definida a Ação Fiscalizadora Mediante Inspeções e Auditorias, ao tempo em que é especificada, dentro de um contexto seqüencial técnico, a mecânica de institucionalização do Controle Interno.

O título V disciplina o recebimento de Denúncias e de forma inovadora trata, também, da Representação.

O título VI está dividido em quatro capítulos. O primeiro trata da execução das decisões do Tribunal de Contas das quais resulte imputação de débito e responsabilidade de administradores ou de pessoas a elas equiparadas. O segundo cuida do recurso necessário das Decisões Fazendárias Contrárias ao Erário, introduzido pelo § 3º do art. 78 da Constituição do Paraná, com base no seu art. 74, que, por sua vez, reproduz regra contida no art. 70 da Constituição da República os quais reservam aos Órgãos de controle externo competentes para o exercício da fiscalização contábil, financeira e orçamentária, também a competência para examinar qualquer ato que importe em renúncia de receita, como são, em síntese, os recursos fiscais providos em favor dos contribuintes-recorrentes. Os capítulos seguintes do título dispõe, respectivamente, sobre as sanções que podem ser aplicadas pelo Tribunal aos administradores sujeitos à seu controle, nos casos especificados neste anteprojeto e em outras leis, e a respeito dos recursos possíveis das decisões singulares e colegiadas dos Órgãos deste Tribunal de Contas, estabelecendo o processo de cada um.

O título VII trata da Fiscalização a Cargo do Tribunal e, na seção II, fixa normas de uma produtiva interação do Tribunal com essa Egrégia Assembléia Legislativa, consubstanciando uma perfeita integração entre a Instituição de Contas e esse Poder Legislativo.

A seção III, deste título, define os Atos Sujeitos a Registro.

O título VIII especifica os elementos terminais próprios das Disposições Finais e Transitórias.

É oportuno colocar em linha de relevo que o Projeto de Lei Orgânica deste Tribunal de Contas representa um importante passo para o aperfeiçoamento desta Instituição e está consentâneo com a atual conjuntura do controle e ordenamento jurídico trazidos pelas Cartas Políticas.

Porém, os mecanismos institucionais imprescindíveis a que este Tribunal de Contas ocupe eficientemente o espaço que lhe foi assegurado pelas Constituição Federal e Estadual, contemplados no Anteprojeto de Lei Orgânica que se propõe, somente poderão ser eficientemente operados, com pessoal organizado, através de um quadro reformulado e alterado, de sorte a melhor atender essa nova realidade.

Assim, a regulação da escritura e do funcionamento deste Tribunal, ajustando-o às suas novas e mais amplas competências, que se pretende por meio do Anteprojeto de Lei Orgânica ora apresentado, está indissociavelmente ligada à proposta de um novo Quadro para seu Pessoal Efetivo, que por isso simultaneamente apresentada à apreciação desta Augusta Casa.

Neste particular, como se observa do respectivo Anteprojeto, foi redimensionado o Quadro hoje existente, ajustando sua estrutura organizacional às necessidades de modernização administrativa que a nova Lei Orgânica imporá ao Tribunal de Contas, sempre tendo em vista os novos encargos que lhe foram atribuídos.

O Plano de Classificação de Cargos, proposto, embora não tenha introduzido modificações inusitadas em sua essência, visou melhorar a distribuição das categorias funcionais existentes, devolvendo a identidade profissional àqueles de nível superior num visível enxugamento do modelo em vigor, com vistas a sua modernização.

Cuidou-se igualmente, de criar apenas os cargos comprovadamente necessários à nova fase de atuação, eliminando os evidentemente supérfluos e redistribuindo outros tantos segundo os pontos de maior rarefação de mão-de-obra, tudo, em nome da modernização e da economicidade administrativa, culminando com diminuição quantitativas de cargos em relação ao modelo anterior.

Buscou-se em nome da isonomia, a pro-

ximidade com a remuneração percebida pelos demais servidores do Estado, principalmente com os dessa Inclita Assembléia Legislativa e do Egrégio Tribunal de Justiça, com os quais o nosso funcionalismo mantém mais estreita correlação de ganhos e em cujas tabelas de vencimentos nos inspiramos. Também foi útil, e por isso bastante aproveitada no Anteprojeto, a tabela de vencimentos dos cargos que integram o Quadro de Pessoal Administrativo da Procuradoria Geral da Justiça do Estado, recentemente convertido na Lei n° 9.216, de 26 de março de 1990, no que tange à fixação dos valores atribuídos às referências dos cargos.

Finalmente, Senhor Presidente, cumpre-se lembrar que a necessidade inadiável de se adotar este novo perfil de cargos e funções nesta Casa, cujas remodelações são oportunas e necessárias a sua fiel e eficiente atuação, é subjacente ao indeclinável desempenho dessa Augusta Casa no controle externo e na fiscalização dos atos do Erário.

Nesta oportunidade, reitero a Vossa Excelência as expressivas manifestações de real apreço.

(a) JOÃO CÂNDIDO FERREIRA DA CUNHA PEREIRA
Presidente

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2023

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, em caráter de Regime de Urgência, o encaminhamento do Projeto de Lei n° 54/89, que declara de Utilidade Pública a Associação Menonita Beneficente de Palmeira, a uma imediata inclusão na Ordem do Dia, transformado-se o Plenário em Comissão Geral.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO N° 1964

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedida Preferência de Votação ao Projeto de Lei n° 393/90, que modifica a remuneração do servidor público, modificando a redação dos arts. 2° e 4° da Lei n° 9105, de 23 de outubro de 1989.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 1973

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja con-

cedida Preferência de Votação ao Projeto de Resolução n° 81/90.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1921

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação aos projetos aprovados em Terceira Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1985

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento definitivo do Projeto de Lei n° 420/90, de autoria deste Parlamentar, que ora tramita nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 1909

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 372/90, que cria o Município de Ramilândia, desmembrado do Município de Matelândia, com sede e localidade do mesmo nome e divisas que especifica, "ad referendum" do resultado do plebiscito.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) MÁRIO PEREIRA

REQUERIMENTO N° 1915

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Resolução n° 88/90, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica no Município de Campina Grande do Sul, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Jardim Paulista.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1916

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 395/90, que autoriza a participação do Estado no Módulo Industrial do Xisto.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1917

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 396/90, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de Jardim Paulista, desmembrado do Município de Campina Grande do Sul.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1932

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 324/90, que dispõe sobre serviços de transporte de passageiros, de que trata o art. 146 e parágrafos da Constituição do Estado do Paraná, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) EDUARDO BAGGIO

REQUERIMENTO N° 1939

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 412/90, que declara de Utilidade Pública o Curitiba Woman's Club, com sede e foro nesta Capital.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1940

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Resolução n° 90/90, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Iporã, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Cafezal do Sul.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1941

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Resolução n° 91/90, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica no Município de Rio Branco do Sul, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Itaperuçu.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1950

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL, de acordo com o Art. 35 do Regimento Interno, para apreciar na Sessão Ordinária do dia 13 do mês corrente, o Projeto de Lei n° 401/90, que denomina Ulysses Viganó, a Rodovia que liga o Município de Marmeleiro a Campo-Erê - SC.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

REQUERIMENTO N° 1956

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 399/90, que altera a redação do Art. 1°, da Lei n° 9184, de 08.01.90, que criou o Município de Honório Serpa.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO

REQUERIMENTO N° 1957

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 414/90, que dispõe sobre a criação do Sistema de Museus do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) VERA AGIBERT

REQUERIMENTO N° 1959

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 23/89, que retifica a Lei n° 8674 (cria o Município de Diamante do Oeste).

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO N° 1960

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 341/90, que dá nova redação ao Art. 1° da Lei n° 9249, de 16 de maio de 1990.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

REQUERIMENTO N° 1965

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Assembléia em Comissão Geral, para apreciação do Projeto de Lei n° 375/90, que cria o Município de Novo Sarandi, desmembrado de Toledo, na próxima sessão legislativa.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) SABINO CAMPOS

REQUERIMENTO N° 1967

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e

com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 419/90, que declara de Utilidade Pública o Grêmio dos Funcionários do Santa Mônica Clube de Campo, com sede e foro no Município de Colombo.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1968

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Resolução n° 415/90, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de Murici, com território desmembrado do Município de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1969

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Resolução n° 93/90, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de São José dos Pinhais, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Murici.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1970

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Resolução n° 92/90, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica no Município de São José dos Pinhais, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Borda do Campo.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1971

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 418/90, que autoriza o Poder Executivo a proceder estudos para a preservação do Museu David Carneiro.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1972

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 417/90, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de Borda do Campo, com território desmembrado do Município de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1974

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 416/90, que isenta do ICMS os proprietários autônomos e empresas de táxis do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1976

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 254/86, que dá nova redação ao inciso III, do Artigo 15, da Lei n° 4338, de 25.01.61, conforme especifica. (Altera divisas do Município de Balsa Nova).

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1987

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL, de acordo com o Art. 35 do Regimento Interno, para apreciar o Projeto de Lei n° 371/90, que institui a Região Metropolitana de Cascavel e dá outras providências, na próxima sessão plenária.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO N° 2003

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para apreciação do Projeto de Lei n° 217/90, que cria o Município de Rio Branco do Ivaí, desmembrado do Município de Grandes Rios.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2004

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para apreciação do Projeto de Lei n° 413/90, que cria o Município de Itacolomi, desmembrado do território de Cambira.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2007

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral, de acordo com o art. 35 do Regimento Interno, para apreciar o Projeto de Lei n° 23/89, que retifica a Lei n° 8674, e dá outras providências, que cria o Município de Diamante D'Oeste, desmembrado do Município de Matelândia, com as divisas que especifica, na próxima sessão plenária.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO N° 2008

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral, de acordo com o art. 35 do Regimento

Interno, para apreciar o Projeto de Lei n° 342/90, que cria o Município de Ramilândia, desmembrado do Município de Matelândia, na próxima sessão plenária.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO N° 2010

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, a constituição da Assembleia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 342/90, que cria o Município de Ramilândia, desmembrado do Município de Matelândia

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO N° 2013

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 423/90, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Instituto Paranaense de Cegos, uma área de aproximadamente 48.000,00 m2, sem benfeitorias, em Campo Comprido, na área que especifica.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2016

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, com fundamento no artigo 35 do Regimento Interno, a constituição da Assembleia em Comissão Geral de Plenário, para o próximo dia 21 do corrente mês, durante a sessão plenária, para apreciar e oferecer parecer ao Projeto de Lei n° 230/90, de sua autoria, que cria o Município de Paiçandu, e que o presente projeto de lei seja colocado em regime de urgência para votação.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

REQUERIMENTO N° 2017

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Resolução n°

94/90, de minha autoria, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Laranjeiras do Sul, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Rio Bonito.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 1963

Senhor Presidente.

O Deputado que o este subscreve, usando suas prerrogativas regimentais, REQUER a inserção, em Ata dessa sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do eminente Professor Toshiaki Saito, ocorrido no dia 10 do corrente.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Toshiaki Saito, professor titular do Departamento de Psicologia do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes e fundador dos cursos de língua Japonesa, na modalidade instrumental, foi um dos pioneiros no estudo e magistério das manifestações da Psicologia Social, investigando fenômenos que apenas recentemente se incorporaram ao conhecimento humano.

Muito ligado à colônia japonesa, exercia a coordenação dos convênios que a UFPR mantém com suas congêneres japonesas de Sofia, Takushoku e Okayama além de ter desempenhado, com destaque, a implantação e o posterior desenvolvimento do Programa de Microbacias no Paraná, patrocinado pela Organização dos Estados Americanos - OEA.

REQUERIMENTO N° 1984

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Casa, ouvindo o Plenário, seja inscrito nos Anais desta sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Mauro de Oliveira Cavalin, ocorrido nesta Capital no dia 10 de agosto último.

Mauro Oliveira Cavalin, pertencente a uma tradicional família paranaense, era casado com a Senhora Lenir Marés de Souza Cavalin, deixa dois filhos, Tereza e Astolpho. Foi ex-Prefeito da Cidade de Paula Freitas, onde foi um grande Líder Político.

Pelos seus merecimentos durante a existência e pela sua inata bondade cristã, o cidadão desaparecido fez-se credor da estima geral de quantos privaram de sua amizade; o que justifica a plenitude deste registro póstumo da Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1995

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado e registrado nos Anais desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do Senhor José Zanella, ocorrido na madrugada de 05 de agosto, na cidade de Pato Branco, Paraná, REQUER, ainda, que da decisão sejam informados, o Prefeito Municipal e os Vereadores, as demais autoridades inclusive eclesiais do Município, além dos familiares.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

JUSTIFICATIVA:

José Zanella nasceu em José Bonifácio, Rio Grande do Sul em 01 de novembro de 1940, filho de Senhor Adriano e de Dona Ludovica Zanella, já falecidos.

Aos 11 anos veio para Pato Branco e durante sua infância e adolescência, trabalhou na lavoura.

Logo após ter prestado Serviço Militar, em Palmas, retornou a Pato Branco onde fundou sua primeira loja de prestação de serviços fotográficos.

Dai em diante foi figura obrigatória em todos os grandes acontecimentos de Pato Branco e da Região.

Registrou casamentos, batizados, comemorações e eventos de toda a sorte, levando além dos seus serviços profissionais sua alegria e sua amizade.

A cada dia aumentava o número de amigos ao mesmo tempo que ampliava a sua loja, pioneira na região no ramo de fotografias. Passou a fornecer equipamentos fotográficos, laboratório de revelação, inclusive para fotos coloridas, apresentando aos habitantes uma nova opção de lazer e iniciando muitos na arte fotográfica.

Foi cidadão atuante. Membro do Rotary Club, Presidente da Fundação de Bem Estar do Menor - FUNABEM, Presidente do Sindicato dos Fotógrafos em Pato Branco e Região.

Foi sócio fundador dos dois Centros de Tradições Gaúchas de Pato Branco e do Iguaçu Clube de Campo.

Dividia seu tempo entre atividades filantrópicas, sociais, religiosas, pois era cursilista há muitos anos e a família, a qual era extremamente dedicado.

Casado com Dona Juvelina Inês Rotille Zanella, teve três filhos: Marco Aurélio, hoje com 22 anos cursando Administração de Empresas, Márcio Antonio, cursando Ciências Contábeis e Márcia que, vítima de um trágico acidente, faleceu em 1988 então com 15 anos.

Foi um exemplo de trabalho e dedicação.

Formou-se em Administração de Empresas em 1979, na primeira turma de Bacharelados da Faculdade de Administração de Pato Branco.

Embora homem sensível, nunca se deixou

abater pelos reveses da vida.

Em abril do ano corrente, foi eleito Presidente do Rotary Club de Pato Branco Sul, cargo que jamais assumira, pois vítima de um fatal acidente automobilístico deixou-nos na madrugada do último dia 05 de agosto.

Jamais será esquecido, pois marcou seu nome, com atitudes e realizações na história de Pato Branco.

REQUERIMENTO N° 1981

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. MAURO DE OLIVEIRA CAVALIN, ocorrido no dia 10.08.90, nesta Capital.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 79 anos de idade, faleceu nesta Capital o Sr. Mauro de Oliveira Cavalin, deixando viúva a Sra. Lenir Marés de Souza Cavalin e dois filhos.

O extinto foi ex-vereador, ex-Presidente da Câmara de Vereadores, ex-Prefeito interino da cidade de União da Vitória, ex-Prefeito eleito de Paula Freitas.

Era membro de tradicional família da cidade de União da Vitória.

O passamento do Sr. Mauro veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares do seu convívio. Entretanto, no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um dos seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Mauro.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, tem o dever de associar-se à dor que abalou a família Oliveira Cavalin, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1999

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ALBERTO RIBEIRO, ocorrido nesta Capital, no dia 15.08.90.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 73 anos, faleceu nesta Capital, dia 15 de agosto último, o Sr. Alberto Ribeiro.

Deixou viúva a Sra. Ruth Ribeiro, 04 filhos e 10 netos.

Era membro de tradicional família paranaense.

O passamento do amigo Alberto veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos.

O destino privou seus familiares do seu convívio. Entretanto, no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um dos seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Alberto.

O amigo Alberto ao longo de sua existência sempre praticou o bem, foi dedicado pai de família e nunca esqueceu dos menos favorecidos pela sorte, dando sempre seu apoio e ajuda. Por tudo isso, temos certeza, já conquistou um bom lugar junto ao Todo-Poderoso.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, tem o dever de associar-se à dor que abalou a família Ribeiro, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 2011

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. JOSEFINA DA SILVA, ocorrido no dia 16.08.90, nesta Capital.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No último dia 16 de agosto, faleceu, com a idade de 74 anos, a Sra. Josefina da Silva. A extinta deixou cinco filhos.

O passamento da Sra. Josefina veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como do seu grande círculo de amigos.

Era membro de tradicional família da cidade de Guaratuba.

O destino privou seus familiares do seu convívio. Entretanto, no céu, as mãos

têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um dos seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de sua serva Josefina.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, tem o dever de associar-se à dor que abalou a família Silva, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1922

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET, pelo desenvolvimento do projeto que une um sintetizador de voz ao computador, possibilitando a utilização da máquina por deficientes visuais.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O professor de Eletrônica do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, Willian Lopes de Oliveira, desenvolveu um projeto que une um sintetizador de voz ao computador, possibilitando a utilização da máquina por deficientes visuais. Com o apoio do PROVOPAR, do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e do próprio CEFET, o projeto está disponível às empresas interessadas. Ele só não será cedido àquelas que pretenderem a produção do equipamento em escala comercial.

A "Central de Trabalho", como o professor Willian denomina o aparelho, cumpre duas funções: O acionamento das teclas causa o eco do som correspondente no fone do operador, tornando-o ciente do que faz, além de permitir a leitura das linhas. O operador do micro aciona um comando que faz o computador "falar" o que está escrito na tela. Com esta Central, o deficiente visual pode "rodar" qualquer programa, desde planilhar à edição de textos.

Os recursos foram conseguidos no PROVOPAR e as bolsas de pesquisa no IEL. O projeto desenvolvido no CEFET, que deu apoio logístico, não tem objetivos comerciais. As primeiras unidades serão produzidas na própria Escola, mas todos aguardam o interesse de outras empresas para produção em maior escala.

Que a presente proposição represente os cumprimentos do Poder Legislativo ao Centro Federal de Educação Tecnológica -

CEFET - PR, e muito especialmente ao professor Willian Lopes de Oliveira, pelo brilhante estudo que acabou possibilitando o desenvolvimento deste equipamento de grande valor para os deficientes visuais.

Mais uma vez, confirma-se o que sempre afirmamos: a importância do CEFET, de seus professores-especialistas, de seus alunos, pesquisando e experimentando técnicas, métodos, equipamentos e instrumentos para facilitar e melhorar a qualidade de vida e a produção no Paraná.

Que do presente se dê ciência ao CEFET e ao professor homenageado.

REQUERIMENTO N° 1923

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações ao engenheiro Ivo Arzua Pereira, por sua brilhante participação e destacada contribuição à II Noite da Integração Latino-Americana, realizada em Assunção, no País vizinho do Paraguai, no dia 28 de julho próximo passado.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

As mais recentes e marcantes transformações políticas, sociais e econômicas que povoam a história da humanidade, neste fim de século, nos impõem uma nova forma de pensar e agir.

As sucessivas crises no capitalismo, no socialismo e no imperialismo colonizador nos forçam a uma reflexão cuidadosa, sobretudo, enquanto País em desenvolvimento.

Dentre essas idéias que nascem, neste momento, como condição fundamental para países conseguirem seu desenvolvimento econômico e social, surge uma de caráter eminentemente político: integração.

As duas Alemanhas reunificadas arrepiam os cabelos das sete irmãs ricas que vêem ameaçadas as suas supremacias e preponderâncias.

Mais assustadas e arrepiadas ficam diante da simples hipótese de unificação dos países latino-americanos. Os primos esfarrapados das milionárias exploradoras e colonizadoras: o caminho é a integração.

Neste espírito e perseguindo o amadurecimento dessa idéia, não têm sido poucas as promoções que colocam a proposta em discussão, assentando latinos em torno de uma mesma mesa para discutirem seus problemas e as possíveis soluções. Invariavelmente, essas discussões têm indicado que nossos problemas, independente das fronteiras, são muito semelhantes. Por que

então não haveriam de ter soluções semelhantes?

Recentemente, importante conclave de intelectuais, políticos e empresários, teve lugar na cidade de Assunção, Capital do Paraguai, nosso País vizinho, para discussão da Latino-Americanidade.

Daquela discussão participou com grande destaque o ex-Prefeito curitibano, Engenheiro Ivo Arzua Pereira, homem ilustrado e de grande sensibilidade política, cuja contribuição à II Noite da Integração Latino-Americana, não podemos deixar de registrar nesta Casa Legislativa.

Escolhendo a temática "A Integração Latino-Americana e o Desenvolvimento para a Paz", o Engenheiro Ivo Arzua discorreu sobre a situação dos povos na Terra e os caminhos que a humanidade para si tem escolhido: "Os anos 70, caracterizados por uma política de desalento; os anos 80, por uma política de desespero; os anos 90 por uma política de catástrofe e o século XXI como a era do aniquilamento" - cita Richard Falk.

Vivendo um tempo de incertezas, o homem contemporâneo vive num mundo agitado, com explosão demográfica, onde o controle populacional, buscando o equilíbrio, e a redistribuição da riqueza, para evitar a devastação pela fome e pela miséria, se impõem como condições para possibilidade da vida nas próximas gerações.

E é na indicação da União Latino-Americana para busca dessa equidade que nosso ex-Prefeito atinge com sabedoria o "Tendão de Aquiles" da questão: "Os povos Latino-Americanos começam a ter consciência clara e firme da unidade de seus destinos".

Para nós, integração tem um sentido social e político mais amplo. Fugindo às amarras da semântica simplista, alcança a dimensão do estabelecimento de uma interdependência mais estreita entre os membros de uma sociedade. Significa falarmos de dependência mútua, totalização e unificação.

A integração, no sentido social e político exige alguns pré-requisitos, como sejam: conhecimento mútuo, compreensão e harmonia de pontos de vista; compatibilização de interesses, objetivos e ideais; planejamento a curto, médio e longo prazos; metodologia de ação conjunta, com a finalidade de operacionalizar a execução do planejamento; mobilização de idéias, inteligência, vontades, organizações públicas e particulares, comunidades, povos e nações.

Portanto - infere, com inteligência requintada - integração social e política entre povos e nações, para ser bem compreendida e melhor executada, há que ser encarada sempre como um processo, que nasce e se desenvolve ao longo de um período

mais ou menos dilatado das suas respectivas histórias.

Por fim, Senhores Deputados, lança mão de doze postulados fundamentais para o alcance do desenvolvimento e da paz mundial, sejam eles:

1) A vida, concebida como dádiva de Deus, que deve ser preservada em toda a sua pureza, beleza, integridade e infinita continuidade;

2) A natureza, como o santuário da vida, o ecossistema global, que se renova e mantém em equilíbrio espontâneo, e assim deve ser defendida e preservada, para garantia da sobrevivência e para perpetuação do gênero humano;

3) O ser humano, como obra-prima da criação e que por isso deve ser respeitado nos seus direitos inalienáveis à liberdade, dignidade, progresso, bem-estar e felicidade;

4) A família, entendida como célula-mater geradora do tecido social, criadora e formadora de cidadãos sadios, física, mental e psiquicamente, conscientes de suas responsabilidades pessoais, sociais e nacionais, fator imprescindível para a edificação de um mundo melhor e mais digno;

5) A sociedade civil ou política, obra da razão, compreendida como entidade essencialmente política, concebida e organizada para assegurar iguais oportunidades de realização pessoal, familiar, profissional e social do cidadão, assim deve ser instituída, salvaguardada e permanentemente aprimorada;

6) A Nação, comunidade de comunidades, aglutinada espontaneamente em torno de certos fatos físicos, históricos e culturais, constituída para viabilizar os ideais de progresso e bem-estar do cidadão e das comunidades em que vive, é a patrocinadora nata de um estado idealizado como parte da Nação juridicamente organizada, para o fim de elaborar e aplicar a Lei, nos estritos limites do bem comum e mantendo sempre características humanísticas e democráticas, é concebido e constituído pelo povo e para o povo, e por ele soberanamente governado.

7) A humanidade, imaginada como o Universo humano, capaz de compatibilizar e harmonizar os interesses e o "modus vivendi", de cada Nação e cada povo, assegurando assim o bem-estar e a paz universais;

8) A educação e a cultura, incentivadas como fontes de contínua promoção física, mental e espiritual do ser, em todos os campos de suas atividades pessoais, domésticas, profissionais e sociais, capazes de criar consciência individual e social direcionadas para o verdadeiro desenvolvimento;

9) A saúde e o esporte, promovidos co-

mo meios de aprimoramento biológico e racial e elementos decisivos de bem-estar físico, mental e psíquico do cidadão, além de impulsionadores do progresso das comunidades onde habita;

10) O trabalho, estimulado como fonte de auto-realização de promoção pessoal, profissional e social, do trabalhador e de sua família e meio para a edificação de sociedades e nações mais perfeitas e felizes, fatores imprescindíveis para o desenvolvimento e a paz entre as Nações;

11) A ciência e a tecnologia, encorajadas como meios intelectuais para o aprimoramento da inteligência humana e a descoberta ou invenção e uso de novos materiais, métodos e processos, máquinas, equipamentos e instrumentos que facilitem e acelerem a mais perfeita evolução mental e espiritual do ser humano, assim viabilizando o desenvolvimento e a paz entre as Nações;

12) O desenvolvimento, imune a distorções facciosas, ideológicas ou religiosas, idealizado como processo para a contínua elevação dos níveis de qualidade de vida do ser humano, da sociedade, das Nações e da humanidade, e no qual o crescimento econômico é um meio e jamais um fim em si mesmo e constituindo-se, destarte, em fator fundamental e decisivo para a paz universal, concebida como o equilíbrio estável entre as forças sociais, políticas e econômicas das sociedades e nações e entre as nações que compõem a humanidade.

REQUERIMENTO N° 1980

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações ao Jornal "Caiçara" de União da Vitória, pela passagem do seu trigésimo-sétimo aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a direção do referido jornal na pessoa de sua Diretora, Jornalista M. Daluz Augusto à Rua Costa Carvalho, n° 644 - União da Vitória.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A imprensa tem uma grande responsabilidade na construção dos ideais de um povo, porque participa da formação do Estado oferecendo contribuição inestimável para o fortalecimento das instituições e preservação dos valores que constituem as sociedades desenvolvidas, justas e unitárias. Portanto, o Jornal "Caiçara" que há 37 anos vem dando sua importante contribuição à toda população de União da Vitória e ao nosso Estado, pois foi fundado em 12 de

agosto de 1953 pelo professor Didio Augusto, de saudosa memória e continua sendo um dos mais importantes órgãos de divulgação do interior.

Respalado por uma extraordinária credibilidade na opinião pública, o Jornal "Caiçara" merece e deve receber este registro, com a homenagem aos diretores, jornalistas e demais funcionários que, juntos têm construído a grandeza daquele jornal e relevantes serviços prestados à comunidade de um modo geral.

REQUERIMENTO N° 1988

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado em Ata desta sessão, voto de congratulação aos membros da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná, pela passagem do seu dia, como reconhecimento pelo desempenho dessa classe na luta pela justiça social.

Requer, outrossim, seja dada ciência da decisão da Casa, a essa referida instituição.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO N° 1989

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, voto de congratulatório pelo 35° aniversário de emancipação política do Município de Goioerê.

Requer, outrossim, que se dê ciência da decisão da Casa à Prefeitura Municipal de Goioerê.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO N° 1905

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, nos termos regimentais, seja transcrito nos Anais desta sessão, o edital intitulado "A Urgência Agrícola", publicado no domingo, dia 05 de agosto corrente, pelo jornal "Gazeta do Povo".

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

A peça de opinião interpreta cabalmente o problema vivido pela agropecuária brasileira, que está à espera de urgentes remédios da alta Administração Federal, sob pena de enfrentarmos o risco de um choque agrícola que, além de levar à perda do programa de estabilização econômica, ainda desorganizará a base social do País, representada pelos milhões de agricultores hoje desesperançados e desmotivados.

REQUERIMENTO N° 2015

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio ao Secretário da Segurança Pública, José Moacir Favetti, pedido para a reativação do módulo policial da Praça Central do Município de Caiobá.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

JUSTIFICATIVA:

Considerando a necessidade de se preservar a segurança dos moradores do Município de Caiobá, entendo que é fundamental a reativação do módulo policial, não somente durante os períodos de verão, quando a cidade recebe os veranistas de todo o Estado, mas também nos demais períodos do ano, quando ocorrem, da mesma forma, assaltos e furtos contra os habitantes do local.

REQUERIMENTO N° 2006

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Ministro da Saúde, Dr. Alcení Guerra, solicitando a designação de Comissão de Inquérito do Ministério, com a finalidade de averiguar as denúncias formuladas neste Plenário, nesta data, pelo Deputado José Rogério Carvalho, quando este informou a malversação de recursos federais pelo Governo Álvaro Dias, através da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná.

Requer, outrossim, encaminhamento de cópia do pronunciamento aludido ao Sr. Ministro.

Este Deputado entende que o Ministro da Saúde não se recusará ao atendimento do solicitado no presente, tendo em vista a seriedade e conduta ilibada que vem pautando sua ação frente ao Ministério da Saúde.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1996

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Desembargador Abrahão Miguel, Presidente do Tribunal de Justiça, a criação da Comarca no Município de Moreira Salles.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

A criação da Comarca de Moreira Salles, tem se constituído ao longo dos últi-

mos anos, aspiração de sua comunidade. Nesse sentido, tenho recebido inúmeras e reiteradas manifestações.

Isso se deve às grandes dificuldades enfrentadas pela população em geral, que se obriga a constantes deslocamentos à Comarca a que pertence a municipalidade, que ressalte-se, fica a distância considerável.

Pelo volume de serviço, cujo crescimento nota-se a olhos vistos, em decorrência do crescimento sócio-econômico e populacional do Município, vê-se plenamente justificada a pretensão da laboriosa comunidade.

Por ser de importância ímpar à comunidade, é que trago o mesmo à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 1994

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente à Associação de Radiodifusão do Paraná - AERP, cumprimentando pela feliz iniciativa no sentido de outorgar ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, Álvaro Fernandes Dias e ao ex-Deputado e ex-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, Auditor Ivo Thomazoni, a Medalha de Honra ao Mérito, por serviços prestados à radiodifusão.

Requerem, outrossim, seja dada ciência deste requerimento ao Presidente da AERP, na pessoa do Sr. Deputado Federal Paulo Pimentel, bem como aos homenageados.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(aa) CAÍTO QUINTANA

JOSÉ FELINTO

REQUERIMENTO N° 1947

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Sr. Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça, com a criação de mais uma Vara na Comarca de Palmas - PR.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Palmas conta atualmente com mais de 50 mil habitantes, possuindo assim elevado número de processos em andamento. Hoje na Comarca militam mais de 40 advogados com residências nesta cidade. A criação de uma nova vara irá agilizar a prestação dos serviços jurisdicionais da Comarca.

As dependências físicas do Fórum, já contam com instalação apropriada para funcionamento de duas varas na Comarca de Palmas.

Portanto, nada mais justo que seja concretizado o anseio da comunidade palmeno.

REQUERIMENTO N° 1928

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente aos Ministérios da Saúde e da Aeronáutica, expressando apoio em favor da nova portaria proibindo o uso do fumo nos vôos de curta duração.

Requer outrossim, que seja manifestado também o apoio à idéia de incluir nas instruções de vôo, esclarecimentos sobre os malefícios do fumo.

Sala das Sessões em 20.08.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o uso do fumo está cientificamente comprovado como maléfico à saúde humana e que seus efeitos se agrava, não apenas aos fumantes como seus acompanhantes, quando utilizados em ambientes fechados, o Deputado Ezequias Losso, articulador da lei que proíbe o uso do fumo nos ônibus intermunicipais e escolares, manifesta seu apoio à iniciativa dos dois Ministérios.

Para se ter uma idéia, a fumaça de um cigarro aceso numa aeronave corresponde a de três cigarros acesos em ambientes abertos. A multiplicação dos efeitos nocivos do cigarro a bordo, se deve ao sistema de pressurização, até de que a vida útil do avião, segundo técnicos, é reduzida em até dois anos, devido à impregnação de nicotina nos equipamentos.

REQUERIMENTO N° 1926

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja encaminhado expediente oficial deste Poder à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando estudos acerca da viabilidade do asfaltamento do trecho de aproximadamente oito (08) quilômetros de extensão, compreendido entre Iracema a Bela Vista, passando pela Estrada Uru, no Município de Formosa d'Oeste.

Sala das Sessões em 20.08.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A solicitação em tela, justifica-se pelo fato do trecho a ser asfaltado contribuir diretamente para o escoamento da safra agrícola, produzida naquela região.

Dada a relevância desta proposição, ficamos no aguardo de um posicionamento, dentro da brevidade que a própria questão requer.

REQUERIMENTO N° 1925

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja encaminhado expediente oficial deste Poder à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando estudos acerca da viabilidade do asfaltamento do trecho de aproximadamente doze (12) quilômetros de extensão, compreendido entre Malu e Primavera, no Município de Terra Boa.

Sala das Sessões em 20.08.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A solicitação em tela, justifica-se pelo fato do trecho a ser asfaltado contribuir diretamente para o escoamento da safra agrícola, produzida naquela região.

Dada a relevância desta proposição, ficamos no aguardo de um posicionamento, dentro da brevidade que a própria questão requer.

REQUERIMENTO N° 1906

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Segurança Pública, solicitando a instalação de um Posto do Instituto Médico Legal - IML, no Município de Mal. Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

Mal. Cândido Rondon, hoje um pólo microrregional importante e com enorme potencial comercial e industrial que, pela sua localização, propicia fácil acesso aos municípios circunvizinhos, tais como: Santa Helena, São José das Palmeiras, Palotina, Guaíra, Terra Roxa e Nova Santa Rosa, além dos recém-criados Municípios de Maripá, Mercedes, Entre Rios do Oeste, Pato Branco e Quatro Pontes, cuja população tem sofrido enormes transtornos quando necessitam deste atendimento.

REQUERIMENTO N° 1903

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Ministério da Previdência e Assistência Social, solicitando a instalação de uma agência do IAPAS, no Município de Mal. Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

Tal reivindicação virá ao encontro dos anseios de todo o empresariado e da população de Mal. Cândido Rondon e microrre-

gião, abreviando-lhes o prazo de atendimento, reduzindo custos e economizando tempo, uma vez que, embora conte com um comércio e indústria pujantes e participação expressiva nas arrecadações feitas ao IAPAS, conta apenas com uma representação deficitária, mera receptadora e repassadora de documentos para a agência de outro município.

REQUERIMENTO N° 1992

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação de votos de congratulações, pela passagem do "Dia do Economista", comemorado em 13 de agosto de 1990.

Requer que, do presente, se dê ciência às seguintes pessoas:

- Dr. CARLOS MANOEL DOS SANTOS
Pres. do Conselho Regional de Economia
Rua Nicolau Maeder, 89 - Curitiba - PR

- WILSON GASINO
Editor de Economia do "Jornal do Estado"
Rua Dr. Rui Barroso, 22 - Curitiba - PR

- PEDRO RIBEIRO
Editor de Economia da "Gazeta do Povo"
Praça Carlos Gomes, 04 - Curitiba - PR
Sala das Sessões, em 20.08.90.
(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1991

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, com base em suas prerrogativas regimentais, a inserção em Ata dos trabalhos dessa sessão, de um voto de Congratulações ao Professor Miguel Salomão, pelo lançamento do livro "POLÍTICA ECONÔMICA NO BRASIL" (INFLAÇÃO ATÉ QUANDO?) - PLANO BRASIL NOVO: A BATALHA FINAL?

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Miguel Salomão, além de professor titular da Faculdade Católica de Administração e Economia, em cujos cursos de pós-graduação leciona a cadeira de "Política Econômica Brasileira", é conferencista de nomeada, sendo convidado para ministrar seminários sobre nossa atualidade econômica em cursos realizados em Brasília e outros centros do país. Exerce ainda a elevada função de Diretor do Departamento Regional do Banco Central.

Em sua obra, ilustrada com exemplos da atualidade nacional, ele avalia a evolução recente da economia brasileira, enfatizando a importância do equilíbrio das finanças públicas como fator de sucesso dos governos e destaca as perspectivas de desen-

volvimento do Brasil, a partir do momento que as autoridades correspondem à expectativa geral de estabilização monetária.

REQUERIMENTO N° 1993

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consagração de votos de congratulações pela passagem do dia "Dia do Advogado", comemorado em 11 de agosto de 1990.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência aos seguintes profissionais:

- Dr. José Cid Campelo - Presidente da OAB/Pr.

Rua Cândido Lopes, 146 - 7° - 80.020 - Curitiba - Pr.

- Dr. Marcos Antonio de Souza.

Rua João Brasília Ribas, 50 - Pilarzinho - 82.000 - Curitiba - Pr.

- Dr. Mário Cruz.

Rua Afonso Celso, 10 - Centro Cívico - 80.530 - Curitiba - Pr.

- Dr. Gilmar Maziero.

Rua Brasília Itiberê, 356 - Curitiba - Pr.

- Dr. Renato Vilanova.

Rua Brasília Itiberê, 356 - Curitiba - Pr.

- Dr. José Cândido de Abreu.

Rua Brasília Itiberê, 356 - Curitiba - Pr.

- Dra. Ana Rita Ulrich.

Rua Brasília Itiberê, 356 - Curitiba - Pr.

- Dr. Vicente de Souza.

Rua José Loureiro, 133, cj. 1105 - Curitiba - Pr.

- Dra. Mariza de Souza.

Rua José Loureiro, 133, cj. 1105 - Curitiba - Pr.

- Dr. Franklin Cardoso.

Rua Ivaiporã, S/N - 86.860 - Jardim Alegre - Pr.

- Dr. Mohamam Nouh.

Rua Tiradentes, 512 - 86.860 - Jardim Alegre - Pr.

- Dr. Omar Yassin.

Rua Tiradentes, 480 - 86.860 - Jardim Alegre - Pr.

- Dr. Hércio Santos.

Praça da República, S/N - 86.925 - Borrazópolis - Pr.

- Dr. Luiz Ferreira - Rádio Flor do Café.

Praça da República, 22 - 86.925 - Borrazópolis - Pr.

- Dr. Gláucio Schmidt.

Av. Cândido de Abreu S/N - 84.470 - Cândido de Abreu - Pr.

- Dr. Luiz Delgado.

Av. Brasil, 147 - 86.845 - Grandes Rios - Pr.

- Dr. Adão Openheimer.

Rua Pernambuco S/N - 86.845 - Grandes Rios - Pr.

- Dr. Jesus Scacabarossi.

Rua J.M. Noronha S/N - 86.845 - Grandes Rios - Pr.

- Dr. Augusto Andrade.

Rua Prof. D. Proença, 1075 - 86.870 - Ivaiporã - Pr.

- Dr. Helder Anuziato.

Av. Castelo Branco, 820 - 86.870 - Ivaiporã - Pr.

- Dr. Álvaro Branco.

Av. Souza Naves, 775 - 86.870 - Ivaiporã - Pr.

- Dr. Chafic Khesan.

Rua Rio Grande do Sul, 710 - 86.870 - Ivaiporã - Pr.

- Dr. José Martins.

Av. Minas Gerais, 792 - 86.870 - Ivaiporã - Pr.

- Dr. Divonsir Matos.

Praça dos 3 Poderes, 1138 - 86.870 - Ivaiporã - Pr.

- Dr. Reimar Rodrigues.

Av. Pres. Tancredo Neves, 1675 - 86.870 - Ivaiporã - Pr.

- Dr. Manoel F. da Silva.

Av. Brasil, 1228 - 86.870 - Ivaiporã - Pr.

- Dr. Carlos F. da Silva.

Av. Brasil, 1228 - 86.870 - Ivaiporã - Pr.

- Dr. Edval Seco.

86.945 - São Pedro do Ivaí - Pr.

- Dr. Otávio Genta.

86.945 - São Pedro do Ivaí - Pr.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2000

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER à Mesa, na forma regimental, seja inserido em Ata da presente sessão "voto de congratulações" à Associação de Moradores e Amigos do Jardim Acrópole, de Curitiba, que em 17 de agosto completa o seu quarto aniversário de fundação. A entidade comunitária é presidida pelo Sr. Carlos Odaljar Gomes, a quem solicitamos seja notificada a apreciação deste requerimento.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores e Amigos do Jardim Acrópole, presidida pelo Senhor Carlos Odaljar Gomes, tem desenvolvido um trabalho dos mais louváveis desde o momento de sua oportuna constituição, sempre no sentido de promover a organização da comunidade na defesa dos seus mais legítimos interesses e aspirações. Empenhada em buscar condições que permitam cada vez melhor qualidade de vida à população do Jardim Acrópole, esta entidade tem sido ao

longo dos últimos quatro anos um belo e repetido exemplo de solidariedade e determinação de luta.

Assim, no momento em que a combativa Associação completa o seu quarto ano de existência, entende este Deputado que a Assembléia Legislativa não poderia deixar de se manifestar, num sinal de reconhecimento às inúmeras contribuições que aquela entidade tem desenvolvido muito especialmente por Curitiba. Hoje, como parlamentar e antes ainda como secretário de Estado da Justiça, do Trabalho e da Ação Social; tive a satisfação de testemunhar um extenso rol de realizações da referida entidade, que inclusive recentemente, através do projeto "Gralha Azul", que tive orgulho em ajudar a expandir, já pôde inaugurar o seu Centro Comunitário.

REQUERIMENTO N° 1978

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de saudades do Presidente JUSCELINO KUBITSCHKE DE OLIVEIRA pela passagem do seu 14° aniversário de sua morte (22/08/1976).

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a Dona SARAH KUBITSCHKE aos cuidados da Deputada MÁRCIA KUBITSCHKE no Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Jamais poderemos nos esquecer do grande brasileiro JUSCELINO KUBITSCHKE DE OLIVEIRA, inconfundível pelo seu otimismo à causa brasileira e às mais nobres ações pela sua bondade.

Eleito em 31 de janeiro de 1956 sob forte crise política, seu governo pontificou-se de incidentes de caráter político-militar. Apesar disso, conseguiu dar execução a um programa de governo que objetivava atingir determinadas e importantes metas. Dentre elas o estabelecimento, no país, de uma indústria automobilística e a construção da Capital BRASÍLIA considerada obra máxima.

Apesar de todas as dificuldades que encontrou ao longo do período governamental conseguiu chegar ao seu término. E graças à política financeira que executou conseguiu saldar todos os seus compromissos, e, era com grande satisfação que declarava, naquele momento, aos brasileiros: - "O BRASIL NÃO DEVE UM DÓLAR A NENHUM CREDOR EM LUGAR ALGUM DO MUNDO".

Juscelino, o mais democrata governante, dirigiu a nação sem ódio, sem perseguições ou vinganças, mas com perdão, otimismo e, sobretudo, com bondade, pois sa-

bemos que Deus dá ao humilde a honra da vitória.

REQUERIMENTO N° 1979

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de saudades do saudoso Presidente GETÚLIO DORNELES VARGAS.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família VARGAS, por intermédio do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sr. MOREIRA FRANCO.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com saudades daquele homem público, que foi o maior estadista brasileiro de todos os tempos, que nos propomos a reviver a extraordinária trajetória política deste patriota, defensor intransigente dos elevados interesses nacionais.

Com a morte de GETÚLIO VARGAS a 24 de agosto de 1954, e, na luta sem tréguas contra VARGAS, a oposição na realidade nunca se sentira tão bem colocada. Até então, ela havia sido vencida em todas as refregas. - Entretanto, o atentado de 04 de agosto na Rua Toneleros, representou de fato, a espoleta que faltava para a explosão desde muito esperada, abrindo a fenda que a oposição necessitava para assaltar a muralha que era o prestígio de Getúlio junto ao povo. Nesse episódio a providência prioritária era não permitir que a crise se dissipasse naturalmente. Esforços deveriam ser feitos, se não para agravá-la ao menos para mantê-la em ebulição. A imprensa já abria manchetes para o noticiário sensacionalista. No Congresso Nacional a oposição se revejava na tribuna e, através de discursos candentes, mantinham a Nação em suspense. O nervosismo, que já havia se apoderado dos círculos políticos, contaminara, em seguida, certos setores da população.

Nunca um chefe da Nação foi tão aviltado e tão combatido.

A campanha foi sórdida e tenaz, a mentira passou a ser verdadeira. Dela participou a banda de música, atravessadores hipócritas, apresentando-se depois como defensores da democracia, sem que o remorso lhes corroesse, ao menos a consciência, e sem que uma gota de sangue de pudor lhes enrubecesse a face.

Côncio de suas responsabilidades perante a Nação, que o levava a Presidência da República, e côncio de que apenas interesses de ordem material é que serviram de mola para a campanha de injúrias e calúnias, GETÚLIO VARGAS se recusou a humi-

lhar-se com a renúncia injustificável:

"Daqui só saio morto".

Entretanto, às oito horas e meia da manhã de 24 de agosto de 1954, o País foi sacudido pelo impacto da terrível notícia. Antes de suicidar-se, disse ao seu líder na Câmara, o Deputado GUSTAVO CAPANEMA: - "minha saída ou minha permanência no Governo deixou de ter significação para mim. O que não quero é a desonra. O que eu não quero é ter na história meu nome envolvido na complacência com ladrões e assassinos".

Um tiro no coração o fez tombar heroiicamente, preferiu o suicídio a vergonha.

Cumpriu-se o que VARGAS dissera na carta Testamento.

"Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando a fome bater em vossa porta sentireis em vosso peito a energia para lutar por vós e vossos filhos. Quando vos humilharem sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando vos velipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação".

REQUERIMENTO N° 1924

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja encaminhado expediente oficial deste Poder à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, solicitando a viabilização da construção de 20 (vinte) Unidades Habitacionais pelo Sistema Mutirão, no Município de Luiziana, sendo 10 (dez) para a localidade de Campina do Amoral e 10 (dez) para a localidade de Valinhos.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O direito de morar, praticamente se confunde com o direito à vida. A casa é fator de estabilidade da família que, por sua vez, constitui núcleo natural e fundamental da sociedade. Portanto, a viabilização de moradias se constitui de fundamental importância para a elevação do padrão de vida em nosso Estado, intenção esta, prioritária no governo. As localidades que se pretende sejam beneficiadas, abrigam comunidades em sua grande maioria, de pessoas carentes e sem condições de construírem por conta própria, um lugar para morar.

Face a sensibilidade desta Companhia e certo, de poder contar com a costumeira atenção, ficamos no aguardo de um parecer, dentro da brevidade que a própria questão requer.

REQUERIMENTO N° 1931

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, REQUEREM à Mesa, nos termos do art. 54 inciso XXVIII e art. 55 da Constituição Estadual, CC o art. 134 § 4° inciso I do Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário desta Casa de Leis, esclarecimentos do Senhor Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Osmar Fernandes Dias, sobre o concurso público para provimento de cargos de Médico Veterinário, conforme publicação em Diário Oficial n° 3.320 de 02 de agosto de 1990.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(aa) ALGACI TÚLIO

Ilegível

JUSTIFICATIVA:

O art. 54 inciso XXVIII da Constituição do Estado do Paraná diz que compete, privativamente, à Assembléia Legislativa, fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

No que se refere ao concurso público para Médicos Veterinários, pareceu-nos estranho que tenha sido colocado em edital no Diário Oficial n° 3.296/90 editado no dia 29 de junho, numa sexta-feira estabelecendo os locais e os requisitos para a inscrição.

Ora... o dia da publicação do edital foi uma sexta-feira e o Diário Oficial desta data não se sabe porque razão esta Casa de Leis não o recebeu, nesse sentido, o expediente de n° 185/90 datado de 13/06/90 foi encaminhado ao Diretor Geral do Diário Oficial pedindo informações.

Analizando: Se o periódico com a publicação do edital para o concurso público foi editado no dia 29/06/90 sexta-feira, levando-se em conta que o periódico pode chegar com atraso no interior do Estado e que só os assinantes têm acesso ao periódico, e ainda, que o edital estabelecia os dias 02 a 04 de julho, ou seja, três dias para inscrições que poderiam ser feitas pessoalmente ou por procurações, atendendo as exigências de vários documentos e também preenchendo os requisitos através da farta documentação exigida para esse fim, o tempo de divulgação e também o de inscrição, além da pouca divulgação do concurso, pois através de pesquisa foi levantado em vários jornais pesquisados, apenas poucas publicações em alguns jornais do dia 01 de julho, portanto, apenas um dia, um espaço relativamente curto por ser imediatamente anterior ao primeiro dia do início da inscrição. Por isso acreditamos que a forma utilizada foi injusta, razão pela qual requeremos esclarecimentos.

REQUERIMENTO N° 1962

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, no uso de suas prerrogativas constitucionais, o envio ao Senhor Secretário de Estado da Educação de expediente, solicitando esclarecimentos sobre a situação do curso de Estudos Sociais, Geografia e História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Curitiba, nos seguintes termos:

I. Qual a razão da não liberação do certificado de conclusão do Curso de Estudos Sociais aos formandos de 1989?

II. Qual a razão da não oficialização dos cursos de História e Geografia?

III. Considerando as exigências do Ministério da Educação, qual a situação real do curso de Estudos Sociais da Faculdade em questão?

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

É aflitiva a situação dos estudantes da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Curitiba, diante da inexistência e/ou completo desencontro de informações a respeito dos cursos superiores que estão fazendo. Muito especial é, ainda, a situação dos formandos de Estudos Sociais da referida instituição do ano de 1989. Centenas de estudantes, até esta data, inexplicavelmente, não receberam seus certificados de conclusão do curso.

Envolvendo, diretamente, os interesses de centenas de paranaenses, não há como este Poder Legislativo deixar de receber tal apreensão, traduzindo numa ação junto ao Ministério da Educação, visando não apenas o esclarecimento da situação, como sua regularização, em caráter de urgência, vez que muitos necessitam da documentação retida para dar vazão à sua vida profissional e acadêmica.

REQUERIMENTO N° 1975

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Odeni Mongruel, DD. Secretário de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, solicitando-lhe as seguintes informações:

1º) Quantos repasses de verbas a Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social fez ao Município de Londrina, de janeiro de 1989 até a presente data, através de seu Núcleo Regional? A que elas se referem?

2º) E diretamente a entidades, instituições, clubes, federações e órgãos municipais?

3º) Cópias dos projetos que deram origem às liberações dessas verbas?

4º) Quando do repasse dessas verbas,

informar, discriminadamente, a data e o nome da pessoa física ou jurídica que recebeu as importâncias, via bancária ou não, e a quais obras assistenciais foram destinadas?

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1961

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário e com fulcro nas suas prerrogativas regimentais e constitucionais, o envio à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, do seguinte

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

01. Desde a criação do serviço de loterias do Estado do Paraná, quanto o Estado arrecadou em recursos financeiros?

02. Onde estes recursos foram aplicados e de que forma?

03. Quantas aberturas de crédito suplementar foram feitas para transferência de recursos da SERLOPAR? A quais Secretarias? Em que datas? Quais os valores? Para atender a quais Programas?

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Em que pesem as constantes declarações à imprensa, por parte do Governador e Secretário das Finanças, alegando problemas de arrecadação e a existência de inúmeros programas e obras paralisados por falta de recursos, as discretas páginas do Diário Oficial do Estado do último dia 03 de agosto, estampavam o Decreto n° 7186, que nos chama a atenção por abrir um crédito suplementar ao orçamento da Fundação de Ação Social do Paraná, FASPAR, de Cr\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta milhões de cruzeiros).

Usando da atribuição legítima, conferida pelas Constituições Federal e do Estado, é que apresentamos o presente Requerimento, a fim de levantarmos alguns dados importantes sobre a administração pública do Paraná, nestes dias.

A presente proposição não quer - como pode até parecer - levantar desconfiança sobre essa administração. Antes, pelo contrário, oferece uma inquestionável oportunidade para se dar transparência aos atos do atual Governo, como bem parece querer fazer.

Para tanto, as informações solicitadas e que devem ser prestadas no prazo legal, são imprescindíveis.

REQUERIMENTO N° 1977

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e

parlamentares, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, solicitando as seguintes informações:

1º) Qual o valor total do empréstimo que o Banco Mundial concedeu ao Paraná, pelo projeto PEDU, assinado em 14-08-89?

2º) Desde que data este dinheiro se encontra à disposição do Governo do Paraná?

3º) Qual a multa mensal que o Estado do Paraná vem pagando, por estar atrasado na implantação do projeto e qual o montante destas multas até a presente data?

4º) Quais as causas de atraso, no monitoramento do PEDU e porque os Manuais de Operação e Procedimento, até agora ainda não foram sequer impressos?

5º) Qual a causa de atraso sistemático na feitura dos Relatórios Trimestrais?

6º) Porque até agora nenhuma Prefeitura tomou tal empréstimo?

7º) Por que a Divisão de Operações e Infra-Estrutura do Banco Mundial, após a sua última visita ao Governo do Estado, em 07 a 09 de maio último, em caráter de inspeção, afirma categoricamente que "há clara e crescente frustração com o processo do PEDU?

8º) Enfim, porque, apesar de hoje fazer exatamente um (01) ano que este financiamento foi assinado, o mesmo ainda não saiu do papel?

9º) Quais as providências que o Governo do Estado tomou para agilizar a implantação do PEDU? Por que nada se fez na gestão do ex-Secretário Roberto Requião de Mello e Silva, para implementar o PEDU?

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Hoje o PEDU, que seria um NOVO PRAM, para reaquecer os municípios paranaenses, completa um ano de existência. Assinado em: 14-08.89, até hoje não saiu do papel. Os Prefeitos paranaenses foram convocados em suas Microrregiões, para que em frente aos canais de televisão, assistissem o então Secretário do Desenvolvimento Urbano, Roberto Requião de Mello e Silva, hoje candidato ao Governo do Estado, contar mil vantagens daquele empréstimo e fizesse na mídia eletrônica, sua costumeira promoção pessoal.

Um ano passou-se e até hoje uma só Prefeitura contraiu tal empréstimo! Em contrapartida, o Tesouro do Estado está pagando uma pesada multa por não haver conseguido implementar a execução do projeto.

São milhares de dólares de multa que estamos pagando pelo preço da incompetência deste governo que só se preocupa em fazer propaganda pela televisão, com o

claro objetivo de promover o seu candidato.

Na última missão do Banco Mundial, que veio ao Paraná, foi categórica em afirmar que o programa já está desmoralizado, mesmo porque o Tesouro Estadual já não tem recursos para dar em contrapartida.

As informações requeridas se justificam em face a gravidade do problema e para que a opinião pública saiba quem são os responsáveis pelos prejuízos e pela incompetência. Temos que saber qual o prejuízo financeiro que já acumulamos neste aniversário de frustração, porque infelizmente o conceito e crédito do Paraná, junto ao Banco Mundial, já foram comprometidos irremediavelmente.

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 095/90

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito nas áreas territoriais denominadas Tijuco, Imbituva e Pavão, pertencentes ao Município da Lapa, a fim de que seja consultada a sua população, objetivando a anexão deste território ao Município de Balsa Nova.

"Começa no Rio Iguaçu na foz do Rio Turvo, ou Espigão, ou da Ruchinska, subindo por este até a foz do Arroio Campestre ou Macaquinho, pelo qual sobe até a sua nascente, de onde, por uma linha seca Leste-Oeste, de 3.000 metros, atinge o Rio Vaca Gorda, e por este abaixo até sua foz no Rio Corisco, pelo qual desce até sua foz no Rio Iguaçu, descendo por este até a foz do Rio Turvo, ou Espigão, ou da Ruchinska; ponto de partida".

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 96/90

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica a Comissão Executiva autorizada, mediante Decreto Legislativo, proceder alterações na remuneração dos servidores deste Poder, respeitadas as disposições constitucionais.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor a partir de 1º de agosto de 1990, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 097/90

A Assembléia Legislativa do

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, para que a população decida sobre a criação do Município de São Cristóvão, desmembrado do Município de União da Vitória, com sede na localidade do mesmo nome e divisas do atual Distrito Administrativo e Judiciário.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 098/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no Município de Irati, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Gonçalves Júnior, com as seguintes divisas:

1 - Com o Município de Guamirim: Começa na confluência do Rio Mato Queimado com o Rio da Campina, sobe por este até a linha de alta tensão de energia elétrica da COPEL, segue por esta até o ponto de intersecção da encosta da Serra a Esperança.

2 - Com o Município de Inácio Martins: Começa na Serra da Esperança no ponto de intersecção da linha de alta tensão de energia elétrica da COPEL com a encosta, segue por esta até defrontar com a cabeceira principal do Rio dos Patos.

3 - Com o Município de Prudentópolis: Começa na Serra da Esperança, na encosta (ou cumiada), defronte à cabeceira principal do Rio dos Patos, segue por esta até alcançar a cabeceira do Rio dos Patos, desce por este até a foz do Rio Riozinho, deste ponto segue por uma linha reta e seca até a confluência do Rio Ponte Alta com o Rio da Guabiroba, sobe por este até a foz do Rio dos Coxos, sobe por este até a sua cabeceira mais alta no cerro da Nha Cota.

4 - Com o Município de Imbituva: Começa no Cerro da Nha Cota, por uma linha reta e seca (que inicia-se na cabeceira mais alta do Rio dos Coxos), segue por esta até a Rodovia BR-277 (como ponto de referência, esta linha vai à foz do Rio do Tigre e do Rio Caratuva).

5 - Com o Município de Irati: Começa no ponto de intersecção de uma linha reta e seca com a Rodovia BR-277, segue por esta até a estrada Gonçalves Júnior à Irati, segue por esta até a linha de energia elétrica da COPEL, segue por esta até a estrada Gonçalves Júnior à Linha Velha, segue por esta até a estrada para Linha Ve-

lha, segue por esta até o Rio Mato Queimado, desce por este até a Foz do Rio da Campina".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 099/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Irati, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Guaramirim.

1. Com o Município de Rebouças:

"Começa na ponte da linha férrea sobre o Rio Preto, desce por este até a foz do Rio Água Quente, sobe por este até o Arroio de Campina".

2. Com o Município de Rio Azul:

"Começa na foz do Arroio da Campina no Rio Água Quente, sobe por este até a foz do Rio Taquari, sobe por este até a foz do Rio Cachoeira, sobe por este até a sua cabeceira no Cerro do Leão".

3. Com o Município de Inácio Martins:

"Começa no Cerro do Leão, na Serra da Esperança, segue pela encosta desta até encontrar a linha de alta tensão de energia elétrica da COPEL".

4. Com o Município de Gonçalves Júnior:

"Começa na Serra da Esperança no ponto de intersecção da encosta com a linha de alta tensão de energia elétrica da COPEL, segue por esta até o Rio da Campina, desce por este até a sua foz no Rio Mato Queimado".

5. Com o Município de Irati:

"Começa na foz do Rio da Campina no Rio Mato Queimado, desce por este até a sua foz no Rio Preto, desce por este até a ponte da linha férrea, onde iniciou".

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 427/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - A Escola Estadual Barão do Rio Branco, localizada no Bairro de Francisca Leme, em Pirai do Sul, passa doravante a denominar-se "Escola Estadual Ru-

ral Constância Cunha de França".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Criada pela Resolução nº 3.486, de 20.12.82, a escola em questão, fundada nos anos de 1940, passou a se chamar Escola Estadual Barão do Rio Branco. Contudo, não é ela assim popularmente conhecida, pois, na verdade é ela conhecida por todos como Escola de Dona Constância.

Tal fato se dá porque a Senhora Constância Cunha de França - por toda a sua vida profissional - foi professora naquela escola próxima a sua residência. Sendo que ao se aposentar, foi substituída por sua filha, professora Tereza Cunha de França que também dedicou grande parte de sua vida ao trabalho junto àquela escola, sempre assistida pela Senhora Constância Cunha de França, que mesmo aposentada não abandonou a mencionada escola.

Através de nossa medida queremos legalizar uma situação de fato - já que a citada escola é conhecida comumente pelos seus alunos e pela Comunidade Piraiense como Escola de Dona Constância - e fazer justa homenagem a querida memória da referida professora, matriarca de tradicional família dos Campos Gerais, que dedicou-se integral e exclusivamente ao mencionado local de ensino, sem nunca abandoná-lo, mesmo tendo cumprido o seu magistério.

PROJETO DE LEI Nº 428/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a FUNDAÇÃO PRÓ-CIRCULAÇÃO, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Pró-Circulação é pessoa jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, sob a forma de fundação.

Constituem-se como finalidades desta a criação, instalação e manutenção de Departamentos de: Assistência Médica de caráter social, de Bem Estar e Assistência Social, de Graduação, de Pesquisas e Investigações Médicas, de Prevenção, Recuperação e Reabilitação de Portadores de Doenças Vasculares, de Formação de Pessoal para médicos especializados, de um Banco de Órgãos e de um Departamento de Transplantes de Órgãos. Além do que a citada entidade obtém, dis-

tribui e concede bolsas de estudos, viagens de estudos e prêmios para trabalhos científicos, promove congressos, conferências, simpósios, cursos com objetivo de desenvolver o saber médico e muitas outras atividades ligadas a medicina.

PROJETO DE LEI Nº 429/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CAPEZAL, com sede e foro na cidade de Iporã, neste Estado.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Associação em questão é uma entidade civil, sem fins lucrativos, com sede e foro em Iporã.

Tem ela por objetivos promover o desenvolvimento comunitário através da realização de obras e melhoramento, proporcionar um melhor convívio entre os habitantes do lugar, proporcionar aos seus associados e dependentes atividades culturais e esportivas e promover atividade assistencial.

Informamos, ainda, que se encontra o presente Projeto de Lei em conformidade com a Lei nº 6.994, de 10.01.78, que dita as normas para declaração de Utilidade Pública. Pelo que esperamos o devido apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 430/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado "ad referendum", do resultado do plebiscito o Município de São Cristóvão, desmembrado do Município de União da Vitória, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas do atual Distrito Administrativo e Judiciário.

Art. 2º - Esta lei, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei foi por nós anteriormente apresentado no ano de 1964 e não apreciado.

Contudo, a comunidade daquela localidade passados 26 anos continuam a manifestarem favoravelmente a criação do Município de São Cristóvão. Assim sendo, nada mais justo do que novamente apresentá-lo a

fim de satisfazer de uma vez por todas uma antiga reivindicação daquela comunidade interessada.

Pela razão exposta, esperamos poder contar com o devido apoio para a aprovação pelos nobres Pares desta Augusta Casa de Leis no tocante ao nosso projeto de lei criando o Município de São Cristóvão.

PROJETO DE LEI N° 431/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Roberto Mendes Rabello.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa objetiva homenagear um cidadão nascido aos 15 dias, do mês de novembro de 1909, no Estado do Rio Grande do Sul, de nome Roberto Mendes Rabello, que se tornou um importante instrumento de transmissão da Palavra do Senhor. Pela leitura do "Histórico da Voz da Profecia", em anexo, constata-se que o homenageado, há mais de cinquenta anos, vem dedicando sua vida no sentido de divulgar a Mensagem divina em todo Território Nacional, através de centenas de emissoras de rádio e televisão.

Com essa atitude e dedicação leva diariamente - a milhares de lares brasileiros, além da fé, o conforto, a esperança e, só Deus sabe quantos benefícios, tirando pessoas de abismos dos quais só a fé, muitas vezes proporcionada pela Palavra do Senhor, pode arrancá-las.

Homens com a fé, o amor, o coração e a inteligência do Pastor Roberto Mendes Rabello merecem a admiração, o reconhecimento e a homenagem de toda população brasileira.

Como representante dos habitantes do solo paranaense e - em seu nome - venho propor a concessão do Título de Cidadania Honorária ao nosso estimado Pastor Roberto Mendes Rabello que, diariamente, entra nos lares paranaenses por intermédio de inúmeras emissoras de rádio e televisão, entre os quais, aqui na Capital, Rádio Marumbi e TV Bandeirantes.

Para aprovação da presente iniciativa, espero contar com o apoio nos nobres Colegas.

PROJETO DE LEI N° 432/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Aos ocupantes de cargos efetivos, lotados nos estabelecimentos penais do Estado, será concedida a gratificação que trata o Art. 172, item X, da Lei n° 6174, no percentual de 116,67% (cento e dezesseis e sessenta e sete por cento), sobre o vencimento-base; para o pessoal regido pelo Estatuto dos Funcionários Civis do Estado; de 80% (oitenta por cento), sobre o vencimento-base para o pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, ocupantes de cargos de nível administrativo e de Agente de Reclusão e de 100% (cem por cento), sobre o vencimento-base para o pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, ocupantes de cargos de nível superior.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) FERRARI JÚNIOR

PROJETO DE LEI N° 433/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - A letra "d", do artigo 9, da Lei 7567 de 08.01.82, passa a vigorar com a seguinte redação:

d) - Autorizar a realização de despesas extraordinárias, até o limite de 1% (hum por cento) da arrecadação, mensalmente.

Art. 2° - O artigo 29 da Lei 7567 de 08.01.82, passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 29 - O valor da complementação das aposentadorias e das pensões, não poderá exceder a 600 (seiscentos) VRC, observado o critério previsto no artigo 28.

Art. 3° - Fica criado o artigo 39 da Lei 7567, de 08.01.82, no Capítulo IX das Disposições Finais e Transitórias.

Art. 4° - Os artigos 36, 37, 38 e 39 do Capítulo IX, das Disposições Finais e Transitórias, da Lei 7567 de 08.01.82, passam a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 36 - O Presidente e Conselheiros do CONPREVI - Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário -, perceberão respectivamente, ajuda de custos do valor equivalente a 45 (quarenta e cinco) e 30 (trinta) VRC por reunião a que comparecem, até o máximo de 5 (cinco) por mês, sempre realizadas no local em que funcionar a Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário.

Artigo 37 - Os casos omissos referentes a aplicação da Lei 6.149/70, com suas posteriores modificações, serão resolvidos pela Corregedoria Geral da Justiça.

Artigo 38 - A presente lei será regu-

lamentada por Decreto do Chefe do Poder Executivo, dentro de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação.

Artigo 39 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - As alterações da presente lei, deverão ser também objeto de alteração do Decreto 3809 de 11.02.82, em seu artigo 3º, letra "h" e artigo 5º, em seu parágrafo único.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Todas as modificações visam agilizar o funcionamento da Carteira, propiciando aos seus beneficiários uma gama maior de benefícios, cada vez mais prejudicados pela falta de adequação da lei que a criou, com as alterações ocorridas na vida econômica da nação.

1 - A modificação da letra "d" do artigo 9º, visa atualizar o limite de despesas extraordinárias, autorizado pela lei atual em pouco mais de Cr\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos cruzeiros).

2 - A modificação do artigo 29, tem por objetivo cumprir de forma plena a finalidade da Carteira, que prevê a aplicação de 70% de seus recursos no pagamento de aposentadorias e pensões, aplicação essa cercada pela limitação da Lei em vigor, uma vez que 40 VRC equivalem atualmente a menos de Cr\$ 1.200.00 (hum mil e duzentos cruzeiros).

3 - A modificação do artigo 36, tem por objetivo igualmente, atualizar valores, pois não se concebe uma ajuda de custo a membro da Carteira que, não raras vezes tem que se deslocar do interior para participar de reuniões, perceber menos de Cr\$ 60,00 (sessenta cruzeiros) por presença.

PROJETO DE LEI Nº 434/90

Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Capítulo I Do Enquadramento

Art. 1º - Serão enquadrados no Regime Simplificado de Pagamento do ICMS os estabelecimentos comerciais e industriais que tiverem receita operacional bruta anual menor ou igual ao valor de 100.000 (cem mil) Bônus do Tesouro Nacional (BTN).

§ 1º - A receita operacional bruta anual de que trata este artigo será o re-

sultado do somatório das receitas brutas mensais divididas pelo valor do Bônus do Tesouro Nacional (BTN) do respectivo mês, durante o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro do ano-base.

§ 2º - No primeiro ano de atividade, a receita será calculada no período compreendido da entrada em funcionamento da empresa a 31 de dezembro do ano-base.

§ 3º - Nos casos em que o estabelecimento inscrever-se no CAD/ICMS como contribuinte normal, e no mesmo exercício pretender enquadrar-se no Regime Simplificado, será usado a proporcionalidade referida no parágrafo anterior.

§ 4º - Não se incluem no regime previsto no "caput" deste artigo:

a) as empresas constituídas sob a forma de sociedades por ações, cooperativas, ou em que o titular ou sócio seja pessoa jurídica ou, ainda, pessoa física domiciliada no exterior;

b) as empresas que possuam mais de um estabelecimento, exceto quando se tratar de atividades econômicas complementares (indústria e comércio), desde que a somatória da receita bruta anual de ambos não ultrapasse o limite previsto no "caput" deste artigo;

c) o estabelecimento cujo titular ou sócio participe do capital de mais de uma empresa;

d) as empresas que realizem operações relativas a importação de produtos estrangeiros; produção, exploração ou exportação de produtos primários; possuam estabelecimentos em outra Unidade da Federação; ou ainda que prestem serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;

e) os estabelecimentos que estejam enquadrados nos seguintes Grupos ou Códigos de Atividades Econômicas.

Art. 10 - O recolhimento do imposto de que trata o artigo 74 do Decreto 5.012 de 01.06.89, pelos estabelecimentos enquadrados neste Regime, será efetuado, mediante GR-3 até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao das entradas, na Agência de Rendas mais próxima, à vista das notas fiscais das aquisições de mercadorias para uso, consumo ou ativo fixo.

Art. 11 - Fica atribuída aos Delegados da Receita, a competência para decidirem os processos relativos ao Regime Simplificado tratado nesta lei, podendo haver subdelegação.

Parágrafo Único - As Associações e/ou Sindicatos devidamente habilitados, que se enquadram nos termos do artigo 2º, Parágrafo 3º e 4º, poderão interceder junto as delegacias no sentido de defender as divergências de interpretações nos documentos exigidos e/ou apresentados.

Art. 12 - Fica aprovado o documento

anexo integrante desta lei.

Art. 13 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 1991.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamento:

Rubens Bueno, Nelson Vasconcellos, Antônio Annibelli e Nereu Carlos Massignan.

Do Cadastro do ICMS.

10.4 - Fabricação de material cerâmico - inclusive de barro cozido e materiais refratários;

11. - Metalúrgico, exceto o código de atividade econômica 11.5. (estamparia, fundilária e embalagens metálicas)

14.4. - Fabricação de cabines e carrocerias para veicular automotores - inclusive peças e acessórios;

15.1 - Desdobramento da madeira;

19. - Couros e peles e produtos similares e artefatos de e correaria, para viagem e uso pessoal exclusive calçados e artigos de vestuário.

26.71.00 - Fabricação de produtos de padarias e confeitarias;

33. Construção Civil em Geral;

41.21. - Comércio varejista de produtos farmacêuticos, odontológicos e da flora medicinal;

41.25.00. - Comércio varejista de produtos químicos de uso na agricultura;

41.61. - Comércio varejista de veículos novos - exclusive bicicletas e triciclos;

41.62. - Comércio varejista de veículos usados - exclusive bicicletas e triciclos;

41.63. - Comércio varejista de veículos novos e usados.

- concessionários (exclusive bicicletas e triciclos);

41.69.00 - Comércio varejista de veículos novos e usados, peças e acessórios não especificados ou não classificados;

41.71.00 - Comércio varejista de máquina, aparelhos e equipamentos para uso industrial - (exclusive peças e acessórios);

41.72.02. - Comércio varejista de máquinas e aparelhos para uso comercial;

41.73.00 - Comércio varejista de aparelhos e equipamentos para comunicação - exclusive peças e acessórios;

41.75.00 - Comércio varejista de bombas e compressores;

42.22.00 - Comércio varejista de joalheria e relojoaria - inclusive metais preciosos, pedras preciosas e semipreciosas lapidadas e peças para relógios;

42.23.01. - Comércio varejista de artigos de ótica;

43.44. - Comércio Atacadista em geral;

Artigo 2º - Fica a Coordenação da Receita do Estado autorizado a realizar, de ofício, o enquadramento dos contribuintes no Regime Simplificado do Pagamento do ICMS, com base em dados históricos que permitam tal procedimento.

§ 1º - O contribuinte enquadrado de ofício, que discordar deste procedimento ou não preencher os requisitos para permanecer no Regime Simplificado, deverá no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação do Edital no D.O.E., entregar na Agência de Rendas do seu domicílio tributário, o pedido de desenquadramento, mediante preenchimento do Documento Único de Cadastro (DUC);

§ 2º - a falta de manifestação do contribuinte, quanto ao enquadramento de ofício, implica na aceitação tácita dos critérios previstos nesta Lei;

§ 3º - Os contribuintes não enquadrados pela forma do "caput" deste artigo, poderão requerer sua inclusão no Regime Simplificado, mediante preenchimento e entrega na Agência de Rendas de seu domicílio tributário, dos seguintes documentos:

a) Documento Único de Cadastro (DUC);

b) Declaração de Dados do Contribuinte (anexo I), inclusive do estabelecimento complementar, se for o caso (alínea "b" do 1.5. do artigo 10);

c) Cópia do Contrato Social ou Declaração de Firma Individual;

d) Certificado de filiação às Associações/ou Sindicatos Regionais de Micro e Pequenas Empresas devidamente habilitada pela Secretaria da Fazenda.

e) - Cópias da Certidão de Casamento do Comerciante ou dos sócios de empresa e CPF do (a) cônjuge, se for o caso.

§ 4º - As associações e/ou sindicatos de classe para se habilitar junto a Secretaria da Fazenda, deverá comprovar sua existência há mais de 5 (cinco) anos, com Ata e Estatuto devidamente registrado, no órgão competente, e inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda.

Art. 3º - Os estabelecimentos que iniciarem suas atividades na vigência desta lei, poderão, juntamente com o pedido de inscrição no CAD/ICMS, solicitar o enquadramento concomitante no Regime Simplificado, indicando a faixa na qual pretende se enquadrar e anexando os documentos previstos nas alíneas "d" e "c" do parágrafo 3º.

Parágrafo Único - Para os efeitos deste artigo, o limite da Receita bruta previsto no "caput" do artigo 10, será equivalente a 1/12 (um duodécimo) por mês de atividade a ser desenvolvida no exercício.

**Do Desenquadramento ou Ajuste de Faixa
No Regime Simplificado de
Pagamento do ICMS**

Art. 4º - O contribuinte que ultrapassar o limite de receita bruta admitida ou descumprir quaisquer das condições necessárias para a manutenção no regime, estará automaticamente excluído do tratamento tributário previsto nesta Lei, a partir do segundo mês após a ocorrência do fato;

§ 1º - É facultado a permanência no regime, dos estabelecimentos industriais que destinem mercadorias para outros comerciantes ou industriais, desde que o imposto destacado nos documentos fiscais seja recolhido, em guia GR-3, no prazo de 5 (cinco) dias do mês seguinte da emissão das Notas Fiscais.

§ 2º - Sempre que o contribuinte durante o exercício, ultrapassar o limite da receita bruta relativa a faixa em que estiver enquadrado, deverá solicitar o ajuste ou o desenquadramento do Regime Simplificado.

Art. 5º - O estabelecimento que realizar operações interestaduais, não será desenquadrado do regime, desde que não ultrapasse o limite previsto no parágrafo 1º do artigo anterior.

§ 1º - Quando se tratar de mercadorias cujas normas específicas exijam recolhimento por ocasião da saída, este deverá ser efetuado em Guia de recolhimento-modelo 3 (GR-3), na Agência de Rendas do domicílio tributário do contribuinte.

Capítulo III

Da Apuração do ICMS no Regime Simplificado de Pagamento

Art. 6º - Os contribuintes enquadrados no Regime Simplificado de Pagamento do ICMS, obedecerão as faixas e valores da Receita Bruta e imposto a recolher abaixo:

Faixas - 1

Receita Bruta em BTN - 00.001 a 25.000
Enquadramento - Microempresa
ICMS A Recolher Mensalmente em BTNS - 0

Faixas - 2

Receita Bruta em BTN - 25.001 a 70.000
Enquadramento - Pequeno Porte
ICMS A Recolher Mensalmente em BTNS - 25

Faixas - 3

Receita Bruta em BTN - 70.001 a 100.000
Enquadramento - Pequeno Porte
Percentual do ICMS a
Recolher S/Apuração - 70%

§ 1º - O pagamento das parcelas mensais do ICMS das pequenas empresas será efetuado e GR-1 no mês seguinte ao das

operações, tomando-se por base a BTNS vigente no mês do recolhimento, e obedecerá os seguintes prazos:

a) até o dia 06 (seis), os contribuintes com número de inscrição terminados pelos algarismos 1 (um) e 2 (dois);

b) - até o dia 07 (sete), os contribuintes com número de inscrição terminados pelos algarismos 3 (três) e 4 (quatro);

c) - até o dia 08 (oito), os contribuintes com número de inscrição terminados pelos algarismos 5 (cinco) e 6 (seis);

d) até o dia 09 (nove), os contribuintes com números de inscrição terminados pelos algarismos 7 (sete) e 8 (oito);

e) - até o dia 10 (dez), os contribuintes com número de inscrição terminados pelos algarismos 9 (nove) e 0 (zero).

§ 2º - O pagamento das parcelas mensais do ICMS das médias empresas será efetuado em GR-1 no mês seguinte ao das operações, tomando-se por base 70% (setenta por cento) do valor apurado, e obedecerá os seguintes prazos:

a) até o dia 11 (onze), os contribuintes com número de inscrição terminados pelos algarismos 1 (um) e 2 (dois);

b) - até o dia 12 (doze), os contribuintes com número de inscrição terminados pelos algarismos 3 (três) e 4 (quatro);

c) até o dia 13 (treze), os contribuintes com número de inscrição terminados pelos algarismos 5 (cinco) e 6 (seis);

d) - até o dia 14 (quatorze), os contribuintes com número de inscrição terminados pelos algarismos 7 (sete) e 8 (oito);

e) - até o dia 15 (quinze), os contribuintes com número de inscrição terminados pelos algarismos 9 (nove) e 0 (zero).

Capítulo IV

Do Crédito Fiscal

Art. 7º - O estabelecimento que se enquadra nas faixas 1 e 2 (Microempresas e Pequenas), não poderá apropriar-se do crédito fiscal da operação anterior, porquanto estes créditos já foram compensados quando da determinação do ICMS mensal a ser recolhido.

§ 1º - Na hipótese de desenquadramento do estabelecimento do Regime Simplificado, fica assegurado o direito à recuperação do crédito do ICMS, em relação às mercadorias anteriormente tributadas, existentes em que, cujas saídas ocorrerão como débito;

§ 2º - O valor do crédito apurado na forma do parágrafo anterior, será lançado no campo "outros créditos" do livro Registro de Apuração do ICMS, mediante Nota Fiscal para este fim emitida, com base no

inventário escriturário no dia em que deixou de pertencer ao Regime de que trata esta Lei.

Capítulo V

Das Obrigações Acessórias

Art. 8º - O estabelecimento enquadrado no Regime Simplificado de Pagamento, além de possuir sua inscrição no CAD/ICMS, deverá cumprir as seguintes obrigações acessórias:

I - escriturar na forma e prazo regulamentar, o livro Registro de Entradas, Saída, Apuração e Registro de Inventário;

II - emitir notas fiscais para documentos as saídas de mercadorias.

III - guardar, no prazo e para os fins previstos na legislação, os livros e documentos relativos aos atos negociais que praticar, inclusive os documentos de despesas;

IV - preencher e entregar a Declaração Fisco Contábil DFC, cujo modelo, forma e prazo serão regulados em Norma de Procedimento da CRE, acompanhada de Certificado de filiação às Associações Regionais de Micro e Pequeno Empresas e/ou Sindicato, que ateste a condição de microempresa do estabelecimento e que o mesmo atende as condições de enquadramento do Regime Simplificado.

Capítulo VI

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 9º - O estabelecimento enquadrado no Regime previsto nesta Lei, que adquirir mercadorias arroladas no item 2 da Instrução SEFI 750/82, de produtor não inscrito no CAD/ICMS, deverá recolher o imposto devido, na qualidade de responsável, até o dia 05 (cinco) do mês seguinte ao das aquisições, mediante GR-3, devendo para este fim apresentar as correspondentes notas fiscais de entrada na Agência de Rendas de seu domicílio tributário.

§ 1º - Os estabelecimentos enquadrados no Regime previsto nesta Lei, poderão formar cooperativas, sem ser desenquadrados.

PROJETO DE LEI Nº 435/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DE ROTARIANOS DE ALTO PIQUIRI.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão, tendo em vista que a referida entidade presta inestimável serviço social à comunidade de Alto Piquiri, abrangendo seus distritos, e seu reconhecimento como entidade de utilidade pública, virá facilitar suas atividades, mormente no que tange à obtenção de recursos financeiros e materiais, junto a órgãos públicos e privados.

Além disso acosta documentação que atende rigorosamente aos preceitos estabelecidos pela Lei nº 1994, de 1978, que disciplina a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 436/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedida à Senhora Maria Aparecida Chisto Libânio, viúva do ex-Prefeito de Santa Cruz do Monte Castelo, Senhor Paulo Libânio, uma pensão mensal no valor de 03 (três) salários-mínimos mensais.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) NILTON BARBOSA

PROJETO DE LEI Nº 437/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de "Cidadão Honorário do Paraná", ao Senhor PAULO VIRIATO CORRÊA DA COSTA.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.08.90.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

JUSTIFICATIVA:

Conforme demonstra o "curriculum vitae", em anexo, Paulo Viriato Corrêa da Costa, nasceu em 23 de janeiro de 1930, em Santos, São Paulo.

É arquiteto formado pela Universidade de Mackenzie de São Paulo, sendo sócio e diretor de diversas empresas.

Em 1956, ingressou no Rotary Club de Santos, Distrito 461. Foi Presidente, e posteriormente Governador do referido distrito 461; é Membro Honorário de 11 Rotary Clubs e 2 Rotaract Clubs de sua área; recebeu o Prêmio de Mérito "Raimundo de Oliveira Filho", concedido anualmente a um rotariano de destaque no Brasil; recebeu da Fundação Rotária a Citação por serviços Meritórios, o Prêmio por Serviços Distinguidos e o Título de Benfeitor. Foi Vice-Presidente do Rotary Internacional

1979-80; Diretor do Rotary Internacional 1978-80 e diretor atualmente como Presidente eleito; Curador da Fundação Rotary, representou o Presidente do Rotary Internacional em mais de vinte Conferências Distritais realizadas em diversos países.

Tendo dedicado grande parte de sua vida ao Rotary, costuma ser Moderador, Orador e Conferencista em várias Conferências Distritais, Fóruns e Assembléias durante todo o ano, dentro e fora do Brasil. Já apadrinhou mais de vinte novos membros, dentre os quais dois tornaram-se Governadores de Distrito.

Durante 5 anos escreveu semanalmente para o Jornal "A Tribuna", uma coluna rotariana. É vice-Presidente do Conselho da fundação de Rotarianos de Santos, uma associação filantrópica e educacional que agrupa todos os Rotary Clubs da cidade de Santos. Tem mais de 120 artigos publicados em diversas revistas rotarianas.

Com dedicação e idealismo, tem pautado sua vida por realizações para o bem comum, cargos exercidos com brilhantismo e dignidade, prestação de serviços à comunidade paranaense com desprendimento e altruísmo, habilitam e fazem este cidadão merecedor da homenagem dos paranaenses, através da concessão pública do título de "Cidadão Honorário do Paraná".

Vale ressaltar que o Rotary Club é uma organização de homens de negócios e profissionais, unidos no mundo inteiro, que prestam serviço humanitário, fomentam um elevado padrão de ética em todas as profissões e ajudam a estabelecer a paz e boa vontade do mundo.

Representado por quase um milhão de indivíduos imbuídos do ideal de servir, afiliados a mais de 28.000 Rotary Clubs em mais de 169 países. Rotary significa esperança para os menos favorecidos, famintos, deficientes, muitos dos quais hoje se beneficiam com projetos de prestação de serviço patrocinados anualmente por Rotary Clubs de todo o mundo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Primeiro Orador inscrito, o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ocupo a tribuna para esclarecer aos companheiros de Plenário que na última semana fizemos uma reunião e oficializamos a Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar possíveis irregularidades na área fazendária do Estado do Paraná. Isto porque na convenção do PMDB nesta Casa muito foi comentado a respeito da situação financeira do Estado.

E o Deputado Waldyr Pugliesi fez graves denúncias contra a administração das finanças estaduais na gestão do Senhor Luiz Carlos Hauy, durante os trabalhos, repito, na convenção do PMDB.

Dentre as acusações públicas formuladas estão a de gestão incompetente à frente do Tesouro Estadual, ocasionando situações graves como arrecadação abaixo das previsões, endividamento, excesso, comprometendo a regularidade das finanças públicas, utilização de recursos públicos sob sua guarda para fins eleitoreiros, comprometendo inclusive as instituições financeiras sobre as quais detinha a responsabilidade legal.

Afirmou textualmente o Parlamentar, o Senhor Waldyr Pugliesi, que o Senhor Hauy assim teria procedido para tentar impor "goela abaixo" do PMDB, a sua candidatura a Governador. Tudo sob as vistas do Chefe do Executivo Estadual, que deveria ter acudido a tempo, no resguardo da coisa pública.

Tanto que a situação financeira estadual foi considerada grave pelo próprio Governador, sendo invocada como um dos motivos determinantes de sua reorientação de rumos para a permanência à frente do Governo Estadual.

Também, apesar do acréscimo de receita da ordem de 12% arrecadado pela Reforma Tributária da Constituição Federal de 1988, o Governo do Paraná tem convivido com situações difíceis, tudo o que reclama uma investigação Parlamentar ampla e abrangente, nos termos da Carta Política Estadual.

Em razão disto, pedimos a esta Casa a formulação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que se reuniu no dia 14 passado, aqui na Sala de Comissões, nós presidimos a sua instalação e tiramos os membros desta Comissão.

Evidentemente amanhã já terão, esses membros, a primeira atuação.

Sob a Presidência do Deputado Hermas Brandão, a nossa pessoa na Vice-Presidência e tendo como Relator o Deputado Luciano Pizzatto, esta Comissão começa amanhã a ter a primeira audiência.

Convocamos para a primeira ouvida o Senhor Luiz Carlos Hauy, ex-Secretário da Fazenda do Governo do Estado do Paraná, que deverá vir a esta Casa para dizer das acusações, para colocar sua posição em relação às acusações feitas pelo Deputado Waldyr Pugliesi.

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, fazemos um apelo aos Parlamentares que fazem parte desta Comissão para que amanhã, no horário das nove horas e trinta minutos, compareçam na Sala de Comissões para que possamos ter esta primeira audiência, esta primeira ouvida de pes-

soas convidadas para participarem desta CPI.

Caberá ao Senhor Luiz Carlos Haully responder ou calar-se, mas, de qualquer maneira esta Casa, que exerce uma ação fiscalizadora, não pode ficar calada diante de tudo aquilo que foi dito aqui neste mesmo Plenário por ocasião da Convenção do PMDB.

As seriíssimas acusações feitas pelo Senhor Waldyr Pugliesi ao Senhor Luiz Carlos Haully, que na época era o Secretário da Fazenda e candidato ao Governo do Estado, pelo próprio PMDB, razão pela qual solicitamos a esta Casa a constituição desta Comissão Parlamentar de Inquérito, já estabelecida, já formalizada e que terá como primeira tarefa amanhã às 9:30 horas, na sala das reuniões das Comissões, que terá como primeiro convidado o Senhor Luiz Carlos Haully.

Então, uso a tribuna apenas para encerrar aos demais Parlamentares que fazem parte desta CPI para que compareçam.

Sabemos das dificuldades em razão do momento eleitoral; mas, antes e acima de tudo, temos uma responsabilidade, uma obrigação para com os eleitores e, portanto, não poderemos, quando convocamos uma pessoa para aqui depor e esta pessoa compareça, e nós não tenhamos o número suficiente de Parlamentares para fazer esta primeira ouvida.

Por esta razão que ocupo este espaço aqui para convidar os Senhores Parlamentares para que compareçam amanhã às 9:30 horas na Sala das Comissões para que possamos ouvir o Senhor Luiz Carlos Haully.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrando o Horário do Pequeno Expediente.

Grande Expediente. Não há oradores inscritos.

No Horário das Lideranças consulto à Liderança do PFL se fará uso do seu horário.

Declina.

PDS.

Declina.

PDC

Declina.

PDT

Declina.

PTB

Declina.

PRN

Declina.

PL

Declina.

PT

Declina.

PMDB

Declina.

PSDB

Declina.

Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 30 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 779/90, subscrito pelo Senhor João Cândido Ferreira da Cunha Pereira, na qualidade de Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, constante do expediente, encaminhando para exame desta Casa de Leis, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre os vencimentos dos auditores e procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício n° 692/90, subscrito pelo Senhor João Cândido Ferreira da Cunha Pereira, na qualidade de Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, constante do expediente, encaminhando o Projeto de Lei Orgânica, acompanhado do Projeto de Lei do Quadro de Pessoal daquele Tribunal, objetivando instrumentalizar esta Instituição Fiscalizadora de Contas de todo um conjunto jurídico e técnico. À Diretoria Legislativa, para as providências cabíveis

Projeto de Resolução de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Resolução de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Resolução de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de Resolução em n° de 2 (dois), de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projetos de Resolução em n° de 2 (dois) de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente de sessão anterior. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de, apoio. Apoiado. À Diretoria Le-

gislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 2 (dois) de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando preferência de votação para o Projeto de Resolução nº 81/90. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 393/90. Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação para o Projeto de Resolução nº 81/90, e para o Projeto de Lei nº 393/90, acima aprovados: EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 81/90, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que dispõe sobre a composição da Comissão Permanente de Fiscalização da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Em votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) Requerido verificação de votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Solicito chamada nominal.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Solicito chamada nominal.

Antes de se apreciar a questão de ordem levantada pelo ex-líder do PMDB, queria comunicar esta Casa, juntamente com o ilustre Deputado Hermas Brandão, há noventa dias foi aprovado um requerimento, um pedido de Informações à Secretaria da Fazenda e ao Governador no sentido de que fornecessem a esta Casa informações a respeito das Obrigações do Tesouro do Estado, as OTEs emitidas pelo Governo do Estado. Já se passam mais de noventa dias e a Casa até agora não recebeu as devidas informações. Assim sendo, Senhor Presidente, o Deputado Hermas Brandão e este Deputado requerem as providências da Casa no sentido de se abrir processo de crime de responsabilidade de acordo com a Constituição, que estabelece o prazo de 30 dias para os pedidos de informações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Artagão retirou o pedido de verificação. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 393/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 143/90), que dá nova redação aos artigos 2º e 4º, da Lei nº 9105 de 23 de outubro de 1989 (Remuneração do Servidor Público). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI Nº 393/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 143/90, tem por finalidade dar nova redação aos arts. 2º e 4º, da Lei nº 9105, de 23 de outubro de 1989, que dispõe sobre a remuneração do servidor público.

Sob o aspecto legal e constitucional, não há nada que impeça a normal tramitação deste plano de lei neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 13.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

DIRCEU MANFRINATO

Relator

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, con-

forme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 33/90, de autoria do Deputado LUCIANO PIZZATTO, que declara como CIDADÃO SENIOR todos os cidadãos de 65 anos de idade, em todo o território do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 118/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito o município de CORONEL DOMINGOS SOARES, com território desmembrado de Palmas e divisas dos Distritos de Cel. Domingos Soares e Ubaldino Taques. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 338/90, de autoria do Deputado ACIR MEZZADRI, que equipara os níveis de vencimentos dos policiais que exerceram os cargos de Inspetor e Guarda de Trânsito aos das classes iniciais das carreiras de Detetive e Agente de Segurança, respectivamente. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 122/90, autoria da Deputada ARIALBA FREIRE, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor ANTÔNIO BORDIN. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 154/90, de autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor EDSON D'AVILA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 155/90, de autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que concede o Título de Cidadã Honorária do Paraná à Senhora DELCY FRANCO D'AVILA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 157/90, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o município de SÃO

MANOEL, desmembrado do município de Indaíópolis, com divisas e confrontações que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 307/90, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que cria "ad referendum" de plebiscito, o Município de Guamiranga, desmembrado do município de Imbituva. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo. EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 309/90, de autoria do Deputado HAROLDO FERREIRA, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor OLÍVIO ZANELLA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 318/90, de autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor FRANCESCO SERALE. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 379/90, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de utilidade pública a "CRECHE JESUS CRIANÇA", com sede e foro no município de Campina da Lagoa. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 13/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no município de Paranaguá, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de PONTAL DO PARANÁ. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 278/89, de autoria do Deputado JOSÉ FELINTO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor CARLOS HUGO VON GRAFFEN. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N.º 278/89

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria

do nobre Deputado José Felinto, tem por finalidade conceder o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor CARLOS HUGO VON GRAFFEN.

O plano de lei em tela está devidamente justificado conforme preceitua o Regimento Interno e sua legalidade está embasada na Lei n° 5.638, de 13/09/67, que regulamenta as condições essenciais para a concessão de Título de Cidadania Paranaense.

Constitucionalmente, não existe óbice que possa impedir a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 13.08.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

LUCIANO PIZZATTO

Relator

Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 383/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 133/90), que autoriza o Poder Executivo a aceitar da União Federal, em doação com encargos, a totalidade das ações integrantes do Capital Social da Central de Abastecimento do Paraná. CEASA/PR., conforme especifica. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 394/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que doa à Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba o excesso de área de Terra que constituem o seu perímetro urbano que perfazem um total de 420.447,50 m². Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 394/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade doar à Prefeitura Municipal de GUARAQUEÇABA o excesso de terra que constituem o seu perímetro urbano e suburbano que perfazem um total de 420.447,50m².

Sob o aspecto legal e constitucional, não há óbice que impeça a normal tramitação deste pelos órgãos deste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 13.08.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

VERA AGIBERT

Relatora

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 407/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito o município de CAPIVARI CACHOEIRA, com território desmembrado do município de Campina Grande do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 407/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade criar "ad referendum" do plebiscito, o município de CAPIVARI CACHOEIRA, com território desmembrado do município de Campina Grande do Sul.

Sob o aspecto legal e constitucional, não há óbice que impeça a normal tramitação do projeto de lei em tela pelos órgãos deste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 13.08.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

VERA AGIBERT

Relatora

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 12/90, de autoria do Deputado LUCIANO PIZZATTO, que autoriza a realização de plebiscito na localidade de ÁGUA QUENTE DOS DOMINGUES, situada no município de Rio Azul, para que a respectiva população decida sobre a incorporação desta área ao município de Rebouças, com as confrontações que especifica. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 48/90, de autoria dos Deputados CAÍTO QUINTANA e MÁRIO PEREIRA, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no município de Capitão Leônidas Marques, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de SANTA LÚCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 48/90

PARECER:

O presente projeto de resolução, de autoria dos nobres Deputados Caíto Quintana e Mário Pereira, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito na área que especifica para que a população decida

sobre a criação do município de SANTA LÚCIA.

O projeto em tela atende ao disposto no art. 19, § 1º, II da Constituição Estadual, não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 13.08.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

NEIVO BERALDIN

Relator

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 85/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica no município de Palmas, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de CORONEL DOMINGOS SOARES. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 85/90

PARECER:

O presente projeto de resolução, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, visa autorizar a realização de plebiscito na área que especifica, no município de Palmas, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Coronel Domingos Soares.

Em análise a referida matéria por esta Comissão, nada encontra a mesma que possa obstar o normal trâmite do presente projeto de resolução pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 13.08.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ALGACI TÚLIO

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 086/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica no município de Cerro Azul, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Vila Branca. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 86/90

PARECER:

O presente projeto de resolução, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury,

tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito na área que especifica para que a população decida sobre a criação do Município de Vila Branca.

O projeto em tela atende ao disposto no art. 19, § 1º, II da Constituição Estadual, não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 13.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

VERA AGIBERT

Relatora

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 87/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização de plebiscito tendo em vista a Lei nº 9236, de 30/04/90, que cria o município de Tunas, desmembrado de Bocaiúva do Sul, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 87/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito, tendo em vista a Lei nº 9236, de 30/04/90, que cria o município de Tunas, desmembrado do Município de Bocaiúva do Sul, com as divisas que especifica.

O projeto em tela atende ao disposto no art. 19, § 1º, II, da Constituição Estadual, não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 13.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

(a) VERA AGIBERT

Relatora

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 89/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no município de Campina Grande do Sul, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Capivari Cachoeira. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 89/90

PARECER:

O presente projeto de resolução, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito na área que especifica, no município de Campina Grande do Sul, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Capivari Cachoeira.

O projeto de lei em tela atende ao disposto no Art. 19, § 1°, II da Constituição Estadual, não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 13.08.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

(a) VERA AGIBERT

Relatora

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 386/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 126/90), que dispõe sobre a Bandeira, o Hino, o Brasão de Armas e o Sinete adotados como Símbolos do Estado do Paraná. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 80, de 28.06.90 - Mensagem).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 254/86, de autoria do Deputado Acir Mezzadri, que dá nova redação ao inciso III, do artigo 15, da Lei n° 4.338, de 25/01/61, conforme especifica. (Altera divisas do Município de Balsa Nova). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 254/86

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - O inciso III, do artigo 15, da Lei n° 4.338, de 25 de janeiro de 1961, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15 -

I - Com o Município de Campo Largo...

II - Com o Município de Araucária....

III - Com o Município da Lapa: "Começa no Rio Iguaçu na foz do Rio Turvo, ou Espigão, ou da Ruchinska, subindo por este até a foz do Arroio Campestre ou Macaqui-nho, pelo qual sobe até sua nascente, de onde, por uma linha seca Leste-Oeste, de 3.000 metros, atinge o Rio Vaca-Gorda, e por este abaixo até sua foz no Rio Corisco, pelo qual desce até sua foz no Rio Iguaçu, descendo por este até a foz do Rio Turvo, ou Espigão, ou da Ruchinska; ponto

de partida".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.10.86.

(a) ACIR MEZZADRI

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei justifica-se e encontra respaldo no fato de que a área territorial que se pretende anexar ao Município de Balsa Nova é contígua a sua sede, distando em seu limite extremo, no máximo 7 quilômetros, ao passo que da sede do Município da Lapa, ao qual pertence atualmente, dista em torno de 25 quilômetros.

Em decorrência da localização territorial, os habitantes da área em epígrafe servem-se de todos os equipamentos de que necessitam, em Balsa Nova, ou seja, estabelecimentos educacionais, sociais, de saúde, religiosos, comerciais, etc. Servem-se também desta localidade como ponto de escoamento de sua produção, apesar de estarem subordinados administrativamente à jurisdição da Lapa.

Pelas razões explicitadas depreende-se da necessidade da anexação da área descrita ao Município de Balsa Nova, através do qual, sua população poderá ser atendida com maior eficiência em suas necessidades.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 254/86

PARECER:

A medida apontada pelo nobre Deputado Acir Mezzadri, pretende alterar as divisas do município de Balsa Nova.

Encontra-se o necessário respaldo para este plano de lei na justificativa apresentada, pois a área territorial que se pretende anexar ao município de Balsa Nova é contígua à sua sede, ao passo que da sede do município da Lapa, ao qual pertence atualmente, dista em torno de 25 km. Em decorrência da localização territorial, os habitantes da área epígrafe servem-se de todos os equipamentos de que necessitam, em Balsa Nova, tais como: estabelecimentos educacionais, sociais, de saúde, etc, e, ainda, usam a área para escoamento de sua produção.

Ademais, mesmo não estando a exigir-se legislação específica para iniciativas desta natureza, por cautela, revestiu-se o executivo municipal de Balsa Nova de garantias apontadas na Lei Orgânica dos Municípios, para a criação de distritos administrativos.

Tudo isso posto, não há como obstaculizar o pretendido, motivo pelo qual, esta Comissão manifesta-se FAVORAVELMENTE à APROVAÇÃO do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.11.86.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

AMÉLIA HRUSCHKA

Relatora

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 134/89, de autoria do Deputado LINDOLFO JÚNIOR, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. HOMERO TABAJARA CARDOSO LOUREIRO. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 46/89, de 05.06.89).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 268/89, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO ATENAS II, com sede e foro nesta Capital. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 43/89, de 30.05.89).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 190/90, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE MARIA DE NAZARÉ, com sede e foro nesta Capital. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 31, de 30.03.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 102/90, de autoria do Deputado LINDOLFO JÚNIOR, que cria a disciplina específica de Ecologia nos currículos escolares das Escolas de 1°, 2° e 3° Graus, pertencentes à rede oficial e particular de ensino do Estado do Paraná. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 07/90, de 07.03.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 414/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 147/90), que institui o Sistema Estadual de Museus do Paraná, conforme específica. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 90/90, de 13.08.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 51/90, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de LIDIANÓPOLIS. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 49/90, de 08.05.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 397/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANIBELLI, que dá nova redação ao art. 1° da Lei n° 8808, de 30 de junho de 1988. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 86, de 06.08.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 80/90, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL, que ratifica o convênio de cooperação celebrado em 30 de junho de 1990, entre o Estado do Paraná, através da Casa Civil da Governadoria e o Centro de Integração de Tecnologia do Paraná, visan-

do o desenvolvimento científico, tecnológico e industrial do Estado do Paraná. - Aprovado.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 133/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 136/90), que solicita autorização a fim de que o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico possa celebrar convênio com a Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, objetivando a manutenção e ampliação do "Projeto Indicadores Conjunturais da Indústria". - Aprovado.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir a presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar autorização dessa augusta Assembleia Legislativa, a fim de que o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico possa, nos termos da anexa minuta, celebrar convênio com a Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, objetivando a manutenção e ampliação do "Projeto Indicadores Conjunturais da Indústria".

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 348/90, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE AMIGOS DO SEMINÁRIO, com sede e foro na cidade de Medianeira. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 70, de 12.06.90.).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 381/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que altera a Lei n° 8933/89 (Transporte Ferroviário). - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 80, de 28.06.90.).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 388/90, de autoria do Deputado PIRAJÁ FERREIRA, que concede a Sra. MARLENE BEETZ ZIELONKA, viúva do ex-Prefeito de Piraquara, Antônio Alceu Zielonka, uma pensão mensal no valor de Cr\$ 7.715,52 (sete mil, setecentos e quinze cruzeiros e cinquenta e dois centavos). - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 83, de 29.06.90.).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de n° 1921, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO (Pela Ordem) - Eu indago a Vossa Excelência, se os projetos n°s 34, 35, da pauta 6, 7 e 8 já foram votados. E gostaria de solicitar vênua a Vossa Excelência, para que mandasse incluir na pauta de amanhã três projetos de resolução, autorizando plebiscito em Guamirim, Gonçalves Júnior e Rio Bonito, projetos de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimentos de n°s 1922, 1923, 1961 e 1975, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente de sessão anterior. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1956 e 1977, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constantes do expediente de sessão anterior. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1985, de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2013, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1915 a 1917, 1939 a 1941, 1963, 1967 a 1969, 1971, 1972, 1974, 1976, 1984 e 1991, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constantes do expediente de sessão anterior. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1970, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. - Aprovado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, transformando o Plenário em Comissão Geral?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Eu gostaria que Vossa Excelência lesse o teor dos requerimentos, para que tomássemos conhecimento, ou mandasse o 1° Secretário ler.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento de n° 1987, de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, com apoio de um Sr. Deputado cuja assinatura é ilegível, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2008, de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1909, de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1932 de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1950 e 1995, de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara, constantes do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1957, de autoria da Sra. Deputada Vera Agibert, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1959, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2017, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1960, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1965, de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1992, 1993, 2003 e 2004, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2007, de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2016, de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1931 e 1962, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1928, 1988 e 1989, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constantes do expediente de sessão anterior. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2023, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2011, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1978 a 1981 e 1999, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente de sessão anterior. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2010, de autoria do

Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1905, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

(A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimentos de n°s 1903 e 1906, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constantes do expediente de sessão anterior. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2015, de autoria do Sr. Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1994, de autoria dos Srs. Deputados Caíto Quintana e José Felinto, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1947, de autoria do Sr. Deputado Luiz Antonio Setti, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1996, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2000, de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1924 a 1926, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente de sessão anterior. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2006, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu gostaria de requerer a minha inscrição para o Grande Expediente da sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência está inscrito.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Bem, como requerer seja incluído na Ordem do Dia, projeto de lei de autoria de Vossa Excelência, e outro projeto semelhante, de minha autoria, que trata da isenção do ICMS para os motoristas de táxi. Que estes dois projetos sejam colocados na Ordem do Dia também da sessão de amanhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 166 e 162/89, e 323/90, e do Projeto de Resolução n° 81/90.

4.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 33/90.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 338/90; dos Projetos de Lei n°s 122, 154, 155, 157, 307, 309, 318 e 379/90, e do Projeto de Resolução n° 13/90.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 386/90, dos Projetos de Lei n°s 254/86, 134, 268 e 278/89, 102, 190, 348, 381, 383, 388, 393, 394, 397, 407 e 414/90, e dos Projetos de Resolução n°s 12, 48, 51, 80, 85, 86, 87 e 89/90.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 371/90, e dos Projetos de Lei n°s 219, 396, 412, 415 e 423 a 426/90, e dos Projetos de Resolução n°s 93 e 96/90.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO WERNER WANDERER, EM SESSÃO DO DIA 20 DE AGOSTO DE 1990.

"A URGÊNCIA AGRÍCOLA"

Como subproduto das abundantes pesquisas de opinião, realizadas no Paraná, como base para as atuais campanhas eleitorais, recolhemos a informação de que o principal problema hoje sentido pela população é a crise econômica da agricultura. Com efeito, para 21% da sociedade paranaense, considerada como um todo, o problema de desorganização da economia agrícola sobreleva itens como as dificuldades com segurança ou emprego, estas mais presentes nas grandes cidades. Evidência desse quadro é a estagnação do campo, onde uma safra pequena não está girando ou tem seus preços não reajustados diante da contenção geral dos preços.

O Paraná ainda repousa sua base econômica no produto da terra, seja diretamente através da renda do setor primário, ou indiretamente, mediante o suprimento das indústrias que transformam a produção rural. Por isso, um quadro de dificuldades na área agrícola vai acabar se refletindo em ondas sobre o todo econômico estadual. Índícios dessa situação podem ser vistos no recuo da compra de fertilizantes e outros insumos modernos para a preparação das safras de verão, que caíram 1,5 milhão de

toneladas e na retração da área plantada, de 24 para 20 milhões de hectares em nível nacional.

Enquanto na safra 1988/89 o total produzido foi de 71 milhões de toneladas, caímos para 60 milhões na colheita de 89/90 e no ritmo em que vamos o indicador pode desabar para a casa dos 50 milhões ou pouco mais. Esse montante é claramente insuficiente para abastecer o País e assegurar insumos para a exportação em itens como carnes processadas, derivados de laranja, complexo soja e outros. O próprio trigo retraiu sua produção nesta temporada e os triticultores vitimados por perdas com as últimas geadas foram surpreendidos ante a notícia de que uma circular do Banco Central mandou excluir a cobertura de lavouras de segundo contrato (nos casos do produtor que planta dois talhões, usa plantios em épocas diferenciadas etc).

O leite está com sua oferta reduzida, porque a contenção do preço desestimulou o trato das vacas durante o período de inverno, sempre exigindo forragens e rações de preparo mais caro. O governo anuncia a saída das importações, mas já chegou a adquirir 100 mil toneladas de leite no ano passado e isso não ampliou a oferta de alimento. Aliás, a alternativa das importações é temerária, como lembrou a Confederação Nacional da Agricultura. Os países em desenvolvimento são importadores líquidos de comida, mas perpetuam a miséria, porque os exportadores são as nações ricas que, mesmo com subsídios internos, praticam preços relativos fora do alcance das

massas do Terceiro Mundo.

Um estudo do Instituto Internacional de Pesquisa de Políticas Alimentares mostra que os países em desenvolvimento estão sempre carentes de nutrição, para aonde vai qualquer aumento inicial da renda disponível. Enquanto o consumo médio das nações ricas se estabilizou, o acréscimo de salários e outros ganhos, nas nações em desenvolvimento, é direcionado para o consumo alimentar, numa dramática evidência da escassez crônica a que suas populações estão submetidas.

A solução está na oferta de crédito abundante para a agricultura gerar safras no próprio país em déficit de abastecimento, além da incorporação de tecnologias agrícolas sempre descuidadas. O Brasil, que produz menos do que há dois anos, que não tem um programa viável de crédito rural, está às portas de um choque de oferta agrícola que pode comprometer todo o esforço de estabilização.

Até por critério de bom senso, não podemos permitir que isso aconteça, devendo pressionar as autoridades para que encontrem soluções para financiar e sustentar o campo, pelo menos nos produtos do complexo alimentar como feijão, arroz, milho e hortifrutigranjeiros básicos. Alternativas não inflacionárias passam pela utilização de recursos do compulsório bancário, poupança rural e retornos de empréstimos anteriores, bem como depósitos livres estimulados (como o CDB Rural do Bamerindus). O cooperativismo de crédito rural é outro esforço de médio prazo.